

Transição ao comunismo

Cristina Paniago

Ivo Tonet

Sergio Lessa

Transição ao comunismo

1ª Edição
2025



Transição ao comunismo



Diagramação: Marcelio Lopes

Capa: Coletivo Veredas

Revisão: Sidney Wanderley

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lessa, Sergio

Transição ao comunismo / Sergio Lessa, Ivo Tonet, Cristina Paniago. -- 1. ed. -- Maceió, AL : Coletivo Veredas, 2025.

Bibliografia.

ISBN 978-65-88704-48-6

1. Ciência política 2. Comunismo 3. Comunismo - História I. Tonet, Ivo. II. Paniago, Cristina. III. Título.

25-281390

CDD-320.532

Índices para catálogo sistemático:

1. Comunismo : Ciência política 320.532

Bibliotecária responsável: Aline Grazielle Benitez - CRB-1/3129

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>. Esta licença permite cópia (total ou parcial), distribuição, e ainda, que outros remixem, adaptem, e criem a partir deste trabalho, desde que atribuam o devido crédito ao autor(a) pela criação original.

1ª Edição
2025

Coletivo Veredas
www.coletivoveredas.com.br

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
Contribuições para a superação radical do capital	11
Revolução e trabalho.....	29
Trabalho associado e revolução proletária.....	37
Burocracia e Estado do Capital Pós-Capitalista	57
Estado e transição ao comunismo	85

Apresentação

O momento em que vivemos ao redor de meados da segunda década do século XXI parece ser caracterizado por um imobilismo geral de toda a sociedade. Esta aparência está longe de ser uma falsidade – enquanto aparência.

De fato, e realmente, a insatisfação coletiva deveria se intensificar com o aprofundamento da miséria e a correspondente multiplicação da riqueza acumulada pelas classes dominantes. A destruição da natureza, no Brasil e no planeta, bem como a quantidade de pessoas em depressão e que se suicidam (não raramente indivíduos das classes abastadas e com um nível cultural mais elevado) são fatores que evidenciam a gravidade da situação em que vivemos.

O que assistimos, contudo, lembra mais a passividade de cordeiros sendo levados ao matadouro do que seres humanos. Por todos os lugares, predomina na vida cotidiana o oposto de uma revolta e de uma atitude ao menos de ativa insatisfação. Fortalece-se o individualismo, a busca solitária por um “lugar ao sol” (o empreendedorismo, a salvação prometida pelas seitas, etc.) e, neste contexto inevitável, assistimos ao crescimento do conservadorismo tanto nos costumes quanto na política.

Esta aparência não é falsa: não é, contudo, toda a realidade. É apenas um reflexo fotográfico do instante atual na consciência – como se este instante não tivesse um passado, como se ele não fosse o patamar de evolução ao futuro. Na velha expressão de Marx, a “marmota” continua fazendo o seu trabalho. O que vai resultar disto, é impossível prever com segurança. As tendências mais universais estão conduzindo à destruição da civilização burguesa como um todo – mas ainda não indicam as tendências de construção do novo (seja este novo a destruição da humanidade por ela própria, seja a sociedade comunista). O certo é que as tensões sociais se agravam em todos os quadrantes, a crise do

capital se eleva a patamares nunca conhecidos. O antagonismo entre o capital e a humanidade nunca foi tão gritante; jamais colocou para a humanidade, com tamanha urgência, a necessidade de superar o mundo burguês.

Ainda que na luta de classes tudo isto não compareça a não ser de forma muito pontual e localizada (o aumento da sabotagem na produção, as revoltas por vezes explosivas na periferia dos centros industriais, o crescimento da dependência de drogas ilegais, legais, o assassinato de mulheres, etc.), em algumas esferas da ideologia o impacto parece estar sendo maior. Nas periferias dos centros urbanos é possível divisar os primeiros sinais de um renascimento artístico, a crise das escolas e universidades é também resultante da sabotagem, “a não-colaboração” como dizem os pedagogos, “dos alunos nos processos de aprendizagem” – e a crise do reformismo, com o terceiro governo Lula, antecipa já um crescimento eleitoral da extrema-direita que sinaliza dias ainda mais conservadores para o futuro próximo.

A conjuntura de médio prazo parece reunir as condições imprescindíveis – talvez não todas as necessárias, contudo – para uma explosão social espontânea, profunda, que deverá ser polarizada pela direita em seus primeiros momentos.

Esta pressão montante, tanto econômica quanto social e ideológica, tem forçado a esquerda revolucionária (aquela não eleitoreira, para sermos claros) a uma profunda reflexão sobre o presente e uma reavaliação de nossa trajetória nas últimas décadas. Esta coletânea pretende ser uma contribuição a este esforço. Reúne cinco textos, redigidos nos últimos anos, que abordam alguns aspectos do espinhoso problema da transição ao comunismo. Tratamos, nestes textos, alguns já antigos, do início do século, do Estado e do trabalho no contexto da transição ao comunismo almejada por todos os revolucionários. Dois deles são de autoria de Sergio Lessa, um de Ivo Tonet e um quarto de autoria de Cristina Paniago, Ivo Tonet e Sergio Lessa. São também reveladores dos debates, convergências e divergências entre nós.

A publicação da coletânea reflete antes a necessidade e desejo dos autores de abrirem um amplo e profundo diálogo com o campo revolucionário, do que a afirmação e defesa de uma posição fechada. Estamos convictos da nossa posição, convictos o suficientemente para expô-las ao debate e escrutínio coletivo, com a certeza de que não são, nem podem ser, a “palavra final”. Esperamos que o convite ao debate seja bem-recebido!

São Paulo, janeiro de 2025

Contribuições para a superação radical do capital

Sergio Lessa

Ivo Tonet

Cristina Paniago

(abril de 2019)

Introdução

Estamos passando por um momento muito difícil e, ao mesmo tempo, rico de possibilidades para uma crítica aprofundada e radical das experiências e propostas tanto revolucionárias quanto reformistas. Nenhuma das revoluções do século XX superou o capital. Do mesmo modo, parecem ter chegado a um beco sem saída tanto a estratégia predominantemente eleitoreira da esquerda oficializada em partidos legais ou de suas organizações irmãs, quanto a política de colaboração de classes que predomina nos sindicatos e alguns partidos que significa de fato uma subordinação vergonhosa ao capital. Ao mesmo tempo, a crise do capital não deixa outro horizonte senão a intensificação das misérias que virão com a maior exploração dos trabalhadores.

Neste cenário e nestas circunstâncias, emerge no seio de uma importante parcela, ainda que minoritária, da esquerda, a necessidade de uma reflexão aprofundada da nossa trajetória recente, de uma avaliação atualizada da situação real tanto da economia quanto das classes sociais e de uma recuperação dos fundamentos imprescindíveis a um projeto revolucionário que enfrente a causa da miséria social e acabe com a exploração do trabalho.

É com o intuito de colaborar com essa caminhada que redigimos este texto. Não temos mais do que a finalidade de oferecer ao debate alguns pontos que nos parecem fundamentais para a crítica do nosso passado recente, bem como para a elaboração de um projeto revolucionário que possa orientar nossas atuações.

Elementos gerais

Considerando as enormes deformações que sofreram, desde a época de Marx e Engels, a concepção de socialismo, a de revolução, bem como a do período de transição entre capitalismo e comunismo, julgamos necessário começar pelo esclarecimento desses termos. A importância de começar por esse esclarecimento ainda é maior devido a que tais deformações resultam na predominância, hoje, de estratégias reformistas e/ou politicistas, ou seja, na perda teórica e prática da perspectiva revolucionária.

Essa perda da perspectiva revolucionária, em si mesma um processo complexo, teve como elemento essencial o abandono da centralidade do trabalho em favor da centralidade da política. Ao invés da transição do trabalho assalariado ao trabalho associado, passou-se à transição de uma forma de Estado a outra (do Estado burguês típico ao, por exemplo, Estado soviético). A ideia de socialismo foi sendo desfigurada, transformando-se, na vasta maioria das vezes, em um gradativo acúmulo de reformas, em um aperfeiçoamento do sistema democrático. Outras vezes, a ideia de socialismo assumiu, em um horizonte vago, uma forma de sociedade organizada e controlada pelo Estado, tendo como base o planejamento centralizado da economia.

Pela mesma via, a concepção de revolução foi assumindo um caráter cada vez mais exclusivamente político. Tanto pelo caminho reformista socialdemocrata, nas suas mais variadas vertentes, quanto pelo caminho de tipo soviético, também nas suas mais variadas expressões, à dimensão política – concentrada no Estado – foi atribuído o momento predominante do processo de transformação social que superaria o capitalismo e construiria uma sociedade ou (para os socialdemocratas) desenvolvida ou (para os partidários da URSS) comunista. A passagem de um modo de produção a outro, de uma modalidade histórica do trabalho (o trabalho alienado) a outra (o trabalho associado) desapareceu do horizonte ideológico.

No entanto, a verdadeira alternativa, hoje, não é entre democracia e ditadura, mas entre democracia/ditadura e emancipação humana. Mais precisamente, entre capital e trabalho; entre capitalismo e comunismo.

O comunismo

Como já nos ensinou Marx, o trabalho é a categoria que dá início ao ser social e que, em alguma forma concreta, sempre permanecerá como fundamento de qualquer forma de sociabilidade. O trabalho é a transformação intencional da natureza, através da qual são produzidos os bens materiais necessários à existência humana e, ao mesmo tempo, se transforma o próprio ser humano. Como exigência imediata do trabalho ou como necessidade de enfrentamento de outros problemas surgidos a partir da complexificação social originada do trabalho, emergem outras categorias, como a linguagem, a socialidade, a educação, a arte, a religião, a política, etc., cada uma com uma natureza e uma função social próprias. Todas elas, porém, ontologicamente dependentes do trabalho, embora relativamente independentes. Se queremos, pois, compreender, em suas linhas gerais, o que é uma sociedade comunista, qual a natureza da revolução e o processo de transição do capitalismo ao comunismo, teremos que começar por perguntar que tipo de trabalho será o seu fundamento e norteador.

Esta forma de trabalho foi denominada por Marx de trabalho associado ou “livre associação dos trabalhadores livres”. Trabalho associado, é importante precisar, é uma forma de trabalho na qual os produtores controlam de maneira livre, consciente, coletiva e universal o processo de produção e distribuição da riqueza. Isso deixa claro que trabalho associado não é nem economia solidária, nem trabalho voluntário e nem trabalho em cooperativas. Importante também esclarecer que um alto desenvolvimento das forças produtivas, capaz de produzir bens em

abundância, em quantidade e qualidade, de modo a atender as necessidades de todos, é condição absolutamente indispensável à existência dessa forma de trabalho. Pela sua própria natureza, o trabalho associado alterará radicalmente a natureza da produção. Ela deixará de ser regida pelo valor-de-troca para estar voltada para o valor-de-uso, para o “tempo disponível”. Esse alto desenvolvimento das forças produtivas possibilitará um tempo de trabalho muito reduzido e um extenso tempo livre para o desenvolvimento das variadas potencialidades dos indivíduos. Uma sociedade comunista será a síntese do reino da necessidade (trabalho associado) e do reino da liberdade, como expressa Marx. Com isso, ficarão extintas a propriedade privada, as classes sociais, o Estado e toda forma de opressão social.

A revolução

É evidente que não se pode saber de antemão como ocorrerá a transição do trabalho assalariado ao trabalho associado. Ao mesmo tempo, se é verdade que toda revolução é um processo extremamente complexo, não menos verdadeiro é que a revolução proletária possui traços peculiares. Não se trata “apenas” da transição de um sistema social a outro, mas da transição de uma sociedade de classes (a sociedade burguesa) a uma sociedade sem classes (a sociedade comunista). Nas palavras de Marx, trata-se do salto para além da “pré-história da humanidade”. Impossível prever e mesmo preparar os caminhos concretos. Todavia, não só é possível, como é necessário ter claros, previamente, os elementos gerais que balizarão esse processo.

Para construir essa forma de sociedade, faz-se necessária uma mediação absolutamente inescapável: a revolução. Isto é, uma transformação que suprima, pela raiz, o modo de produção capitalista e o substitua pelo modo de produção comunista. Em sentido restrito, a revolução é o momento em que as contradições no seio do capitalismo chegaram a um ponto explosivo e a

superação destas conduz, desde que vitoriosa, à alteração radical da velha forma de sociedade.

Assim como a revolução burguesa destruiu o feudalismo, também a revolução proletária implicará uma ruptura radical com o capitalismo e não uma passagem evolutiva e gradativa. Revolução proletária, como já nos esclarecia Marx nas *Glosas Críticas* e também em *A Guerra Civil na França*, é um processo que implica inúmeras transformações, mas que tem dois momentos essenciais: a destruição do poder político burguês (Estado) e a entrada em cena do trabalho associado. Todas as experiências históricas são taxativas na demonstração de que a classe operária não pode tomar o Estado e colocá-lo a seu serviço. O Estado deve ser destruído, pois ele é o instrumento fundamental para a defesa dos interesses da burguesia, tal como Marx já postulara. Considerando a deformação – reformista e/ou politicista – que esse conceito sofreu, vale a pena enfatizar: o que essencialmente caracteriza uma revolução proletária não é a dimensão política, mas a dimensão social. O seu elemento essencial é a eliminação do trabalho assalariado, com todas as suas consequências, e sua substituição pelo trabalho associado, com todas as transformações no processo produtivo aí implicadas.

A afirmação da centralidade do trabalho não significa, de modo algum, a negação, o desconhecimento, a desqualificação ou o menosprezo da atividade política. Na sociedade de classes, a política significa a luta pela conquista e pela manutenção do poder com vistas ao acesso à riqueza. Este também é o objetivo imediato, sublinhamos, imediato, da revolução proletária: tomar do capital o controle da produção de riquezas. A destruição do Estado é uma tarefa política e politicamente deverá ser levada a cabo. Sem a atividade política, impossível avançar. Todavia, isso não cancela o papel dirigente do trabalho. É o trabalho que apontará a direção essencial do processo. À política caberá a tarefa de operacionalizar as determinações postas pelo trabalho.

Cabe, ainda, observar que a revolução proletária deve ter, necessariamente, um caráter universal. A internacionalização da revolução é condição absoluta para o seu sucesso. Não há a menor possibilidade de se transitar do capitalismo ao comunismo em um país só ou mesmo em apenas alguma região do planeta. O ponto de partida, certamente, deverão ser as condições concretas de cada lugar. As revoluções, provavelmente, se iniciarão como revoluções em cada país. Mas, no atual estágio do capitalismo, a articulação com a transformação internacional, de caráter socialista, terá que se impor imediatamente para assegurar a sua vitória.

Não haverá, porém, revolução sem um sujeito que a realize.

Ao analisar a anatomia da sociedade burguesa constata-se a existência de duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado. É o proletariado do campo e da cidade que produz o capital e que, pelo mesmo processo de trabalho, é expropriado de sua humanidade. Por isso ele se encontra em uma situação de oposição radical ao capital. Não importa quantas transformações ele tenha sofrido – e foram muitas – desde o início de sua existência até os dias atuais. Ele sempre será, pela sua posição no processo de produção, o sujeito fundamental da revolução.

Todavia, vale lembrar que nenhuma revolução é feita apenas por uma classe. Ela é dirigida por uma classe, mas dela participarão também segmentos de outras classes que tenham contradições com as classes dominantes e que possam ser atraídas para a luta contra elas. Na sociedade capitalista de nossos dias, há um grande conjunto de assalariados que não são proletários. Em O 18 Brumário Marx denominou-o de “classes de transição”. Por serem vendedoras de força de trabalho, essas “classes” sofrem as mazelas do assalariamento. Contudo, por viverem da riqueza produzida pelo proletariado (uma condição que partilham com a burguesia), sua base de vida material está assentada na exploração do ser humano pelo ser humano e, por isso, são

também potenciais aliadas da burguesia contra o proletariado em um processo revolucionário. Quais setores dos assalariados do campo e da cidade, em que proporção e medida, etc. se aliarão com o proletariado ou com a burguesia em cada momento da revolução é algo a ser decidido pelo processo concreto, pela luta de classes, pelos embates ideológicos e políticos, etc.

A transição

Como deverá ser, em linhas gerais, o processo de transição do capitalismo ao comunismo?

Como já vimos, o primeiro passo deverá ser a destruição do Estado burguês. Todavia, a destruição do Estado burguês será apenas uma mediação para poder entrar em cena o trabalho associado, para que possam ser realizadas transformações essenciais no processo de produção que se constituirão na base para a sociedade comunista. No processo de transição, é importante observar a distinção entre destruição do Estado burguês – que deve ser algo imediato – e o fenecimento do poder político proletário, que Marx denominou de Ditadura do Proletariado. Ditadura porque todo poder de uma classe sobre a outra, mesmo a do proletariado sobre a burguesia, é, bem pesadas as coisas, uma ditadura. O fato de a Ditadura do Proletariado ser a dominação da maioria sobre a minoria, portanto uma dominação muito mais “democrática” do que a mais democrática dominação burguesa, não a torna menos política nem elimina o seu caráter de opressão de classe. A superação da Ditadura do Proletariado só se efetivará quando o trabalho associado (valor-de-uso) tomar o lugar do trabalho assalariado (valor-de-troca). Com isso, desaparecerá o fundamento da propriedade privada, das classes sociais, do Estado e da família monogâmica.

Importante observar, no processo de transição, que a dimensão política deve estar subordinada à dimensão do trabalho associado. Isso significa que à dimensão política cabem as tarefas

relativas à abertura e manutenção do espaço para que o trabalho associado possa realizar as atividades que lhe são próprias. Vale dizer, serão os trabalhadores, auto-organizados, que deverão assumir o comando das transformações do processo produtivo. Por isso, a destruição do Estado burguês não deverá ser seguida pela estruturação de um pretenso “Estado Proletário”, mas pela reabsorção do poder político pelo conjunto dos trabalhadores. Este poder não poderá, de modo nenhum, ser uma instituição separada e de comando acima dos trabalhadores, mas ser constituída e controlada por eles e a seu serviço. Em nenhuma hipótese, essas tarefas poderão ser executadas por qualquer tipo de organização – partidos ou Estado – externa aos trabalhadores.

Lembremos: tais elementos gerais do comunismo, da revolução e da transição são fundados pela categoria do trabalho, pois esta constitui o ponto de partida e o fio condutor de todo o processo histórico.

A crise atual

A humanidade vive uma crise de grandes proporções causada pela própria dinâmica inerente à reprodução do capital. O capital, ao mesmo tempo em que desenvolve, de modo extraordinário, as suas forças produtivas, também concentra riqueza, cada vez mais, em poucas mãos. O capital não é mais do que a apropriação pela burguesia do excedente produzido pela força de trabalho. Sua mera existência implica uma insuperável desigualdade entre as classes. Desse modo, agrava a desigualdade entre capital e trabalho, provocando uma relativa redução progressiva do poder aquisitivo da massa dos trabalhadores ante o montante crescente da riqueza social produzida.

Pode-se verificar, hoje, com clareza ainda maior, que para garantir a acumulação ampliada do capital, as medidas destinadas à reprodução da força de trabalho, como as políticas públicas voltadas à moradia, ao desemprego, à saúde, ao transporte

público, etc. resultam necessariamente na desvalorização da força de trabalho. Esta desvalorização se articula ao desemprego crônico, ao subemprego, à precarização e à intensificação do trabalho, levando, por fim, ao rebaixamento dos salários, uma condição imperiosa à recuperação da lucratividade do capital em crise.

Junte-se a isso a tendência ao aumento incessante da produtividade e ao desenvolvimento incontornável das forças produtivas, os quais subordinam os limites dados pela natureza e as necessidades sociais à realização do valor-de-troca e do lucro como critérios inegociáveis pelo capital global. A busca pela estabilidade do sistema resulta em mais danos que soluções, uma vez que a crescente produtividade anda junto com a redução dos postos de trabalho. Cada vez mais a busca de equilíbrio entre produção e consumo se baseia na obsolescência planejada, na perdularidade do consumo, no desperdício da capacidade produtiva e no aumento da massa de trabalhadores que não conta sequer com um salário para sobreviver.

Não poderia ser de outra maneira, porque o capital é uma relação social cuja essência é a sua acumulação e sua expansão sempre ampliadas. O capital é incontornável, obedece apenas à sua autorreprodução destrutiva, submetendo todas as relações econômicas, políticas e sociais ao seu comando universal. O poder de intervenção da burguesia e de suas personificações no Estado limita-se a uma estreita margem de ação que visa favorecer o capital em seu processo de reprodução. São as necessidades imperativas para esta reprodução que delimitam o campo de possibilidades e necessidades tanto para a intervenção da burguesia, quanto do Estado, sobre a reprodução social. Enquanto a burguesia apenas ordena o processo de reprodução ampliada do trabalho excedente, o Estado, na esfera da política, não faz mais do que proteger os meios de subordinação dos trabalhadores e regular a competição entre os capitalistas em nome dos interesses da reprodução do capital social total. Esta é a razão

pela qual o Estado apenas incorpora aquelas reivindicações dos trabalhadores cujos efeitos pode transformar em vantagens para o capital ou que não sejam prejudiciais à sua acumulação. Devido à luta de classes, que coloca trabalhadores e proletários em cena e que também gera o choque entre frações da classe dominante, são necessárias e ocorrem sucessivas adequações dos modos de controle, sem que este fato, contudo, venha alterar a estreita margem deixada pelos imperativos da reprodução ampliada do capital.

Por todas essas razões, a história do capitalismo é uma história de crises. Num primeiro momento, passamos pelas crises cíclicas, as quais eram controladas por medidas pontuais que atenuavam momentaneamente e, assim, protelavam a agudização do conjunto de contradições geradas pelo capital. A cada crise seguia-se um ciclo de expansão que repunha numa escala ampliada as contradições sociais. Se, no passado, as crises cíclicas admitiam soluções pontuais, ainda que momentâneas, hoje a crise estrutural demanda uma alteração estrutural, uma revolução do modo de produção.

Toda a história do capitalismo, com suas crises e seus períodos de expansão, tem sido a demonstração viva da incapacidade do sistema tanto de se autorreformular ou de se autocontrolar, como de permitir que os trabalhadores e proletários o coloquem sob controle. Todas as lutas defensivas dos trabalhadores e proletários contra o aumento da exploração, contra a concentração de renda, contra o rebaixamento do valor da força de trabalho, contra o autoritarismo do Estado, etc. demonstraram sua ineficácia para a superação do capital. A reprodução do capital é um processo incontrolável. Se lutamos contra o aumento da exploração – e não contra toda e qualquer exploração; se lutamos contra o rebaixamento do valor da força de trabalho – e não contra todo o sistema de assalariamento; se lutamos contra o autoritarismo do Estado – e não pela superação do Estado, seremos fatalmente derrotados.

Podemos destruir o sistema do capital e substituí-lo pelo modo de produção comunista, mas não poderemos jamais controlar o capital por meio de lutas defensivas, reformistas. Destruir o capital é uma possibilidade histórica aberta ao proletariado, embora de modo nenhum garantida ou inevitável; controlá-lo, isso sim, é uma impossibilidade.

Aristocracia operária: base social do reformismo

Se o capital deixa para a humanidade apenas a alternativa de submeter-se a ele ou destruí-lo, de onde vem o predomínio, hoje tão amplo, do reformismo? Esta questão é ainda mais candente porque, diante das avassaladoras investidas do capital, o reformismo e suas lutas defensivas não têm feito outra coisa, por décadas, senão desarmar as classes trabalhadoras tanto nas lutas econômicas quanto nos confrontos ideológicos e políticos. Desse modo, inviabilizam a organização revolucionária das mesmas.

Em parte importante, esse efeito ideológico nocivo do reformismo foi intensificado pelas transformações que ocorreram, desde o século passado, na classe operária. Talvez a mais importante delas tenha sido o crescimento da aristocracia operária como consequência do aumento do peso da mais-valia relativa na reprodução do sistema do capital no seu todo. Também tem peso considerável a transferência de parques industriais inteiros dos países capitalistas centrais para países menos desenvolvidos, com a geração de uma nova e politicamente inexperiente massa de proletários na periferia do sistema e de uma nova massa de assalariados não proletários, principalmente no setor de serviços e financeiro, nos países capitalistas mais desenvolvidos. Some-se a isso que na segunda metade do século passado, o aprofundamento da crise estrutural levou a um aumento do desemprego, do subemprego, da precarização, da perda de direitos, da terceirização, do rebaixamento salarial, etc., fatores que contribuem, no curto prazo, para a desmobilização dos trabalhadores.

Todos esses processos introduziram importantes alterações na classe operária e – o que agora nos interessa diretamente – resultaram em dois fenômenos articulados entre si. Por um lado, aumentaram a base social do reformismo e facilitaram que a aliança da aristocracia operária com o grande capital se desenvolvesse a ponto de que, em vários países (Brasil incluso), a burguesia momentaneamente delegasse a gestão do Estado à burocracia sindical e partidária de origem operária. Por outro lado, o reformismo teve que se rebaixar, de uma estratégia de transição ao socialismo, para uma pobre variante do neoliberalismo.

Essas são algumas das mais importantes razões pelas quais o cretinismo parlamentar, as ilusões democráticas, o reformismo e o politicismo passaram a compor a ideologia da cooperação de classes pregada pelos partidos e centrais dominadas pela aristocracia operária e sua burocracia, deixando os trabalhadores desnorteados ideológica, política e organizativamente, frente aos devastadores avanços do capital.

A particularidade brasileira

A essência da história do Brasil é a produção de trabalho excedente para ser acumulado pelo colonialismo. Esta essência foi dada pela inserção na Acumulação Primitiva do Capital (Karl Marx) enquanto colônia dos impérios que então surgiam. Os ciclos do Pau-Brasil, do Açúcar, do Ouro e, já após a Independência (1822), do café, foram a primeira manifestação desta essência. Em sua forma contemporânea, esta essência se concretiza na produção de mais-valia como parte da acumulação do sistema mundial do capital.

Esta multissecular subordinação ao colonialismo/imperialismo faz com que parte dos projetos de esquerda ou mesmo revolucionários se agarrem ao seu aparente oposto: contra a subordinação, a soberania. A superação do atraso, segundo essas teorias, seria alcançada por um projeto nacional e popular (com

todas as suas variações), que serviria de etapa democrática para a futura transição ao socialismo. Os projetos dos petistas, do MST, da maior parte do PSOL, etc. não vão além dessa pobre dialética: contra a subordinação, a verdadeira independência, a real soberania, que viria por meio de uma revolução democrática, popular ou como se queira chamar. Dado o grau atual de dependência e subordinação do Brasil ao imperialismo e ao grau de internacionalização da economia, tais teorizações são falsas e tais propostas são historicamente inviáveis. Falsas porque não refletem a realidade, historicamente inviáveis porque, como veremos, carecem de classes sociais que poderiam vir a ser os seus sujeitos.

Se comparado ao passado, a peculiaridade do presente não está na internacionalização da nossa economia, mas sim no grau desta internacionalização. Foi esta mesma internacionalização que inviabilizou o desenvolvimento de uma burguesia nacional com suficiente potência histórica para romper com a subordinação ao imperialismo, mesmo nos períodos em que crises mundiais possibilitaram o desenvolvimento de uma industrialização com base em capitais nacionais e voltada ao mercado interno (por exemplo, os anos de 1914-18, da I Guerra Mundial ou os anos de 1930 a 1945, entre a crise de 1929 e o final da II Grande Guerra). O resultado foi uma burguesia nacional débil e que conheceu seu ocaso a partir do Golpe Militar de 1964. O que dela sobreviveu foi apenas uma pálida sombra formada por aqueles burgueses que conseguiram se adaptar e se inserir na cadeia produtiva das multinacionais que, então, invadiam o país.

Depois de 1964 e, mais intensamente no último quarto do século XX, a economia brasileira se internacionalizou e se integrou ao sistema mundial do capital de tal maneira e com tal intensidade que não se tem mais uma burguesia brasileira, mas sim uma burguesia associada ao capital internacional que se reproduz no Brasil. Com a internacionalização do sistema financeiro no Brasil, com o papel das bolsas de valores no financiamento das atividades econômicas e com a maciça entrada

de capitais estrangeiros, chegou-se a uma situação em que empresas como Klabin, Votorantim, Sadia, Odebrecht, JBS, OAS, etc. são tão brasileiras quanto Volkswagen e Ford. Legalmente nacionais, seus capitais são formados pela, e integrados com a, acumulação internacional do capital. A diferença entre uma JBS e uma Ford não é de nacionalidade, mas principalmente de quantidade de capital que movimentam.

Isto não significa, claro está, o desaparecimento nem das contradições entre setores do capital que se expressam por meio dos Estados nacionais, nem, no interior destes Estados, das contradições entre diferentes ramos da economia ou entre distintas regiões. Por mais internacionalizado que seja o sistema do capital, ele não tem como abrir mão de suas particularidades locais, regionais ou nacionais. Pela própria essência do capital, por ser ele uma totalidade de propriedades privadas cuja única inter-relação é a concorrência de cada uma contra todas as outras, os Estados nacionais continuam sendo, ao lado de outras esferas, decisivos para a dinâmica reprodutiva do sistema do capital. O inevitável choque entre o caráter nacional dos Estados e o caráter planetário do capital é apenas um dos insolúveis antagonismos que caracterizam o sistema mundial do capital.

Em se tratando do Brasil, estes antagonismos se expressam também no fato de que o projeto dos burgueses no Brasil não é um projeto “o Brasil para os burgueses brasileiros”, mas uma integração ainda maior com o capital mundial, uma intensificação maior da produção de mais-valia como parte integrante da reprodução mundial do capital. A contradição entre a exploração imperialista e os explorados pelo imperialismo não se expressa, no caso brasileiro, pela existência de uma burguesia nacional.

No campo, a penetração do capital liquidou praticamente com o antigo campesinato, os pequenos proprietários e os colonos. Se, em 1970, 44% da população era rural, hoje é menos de 16% e há uma tendência de os jovens migrarem para as cidades, indicando uma redução futura ainda maior. Surgiu um proleta-

riado rural, quase sempre morador das periferias das cidades e com as condições de trabalho entre as mais desumanas do país. Onde a pequena propriedade rural ainda resiste, ou é na forma da “integração” com cadeias produtivas industriais (eucalipto, pinus, avicultura, suinocultura, cafeicultura, etc.) ou, como no agreste nordestino, com uma produção que mal garante a sobrevivência física dos proprietários. A maioria da agricultura integrada converte os antigos pequenos proprietários em assalariados disfarçados e, por isso, ainda que sejam proprietários de terra, são, de fato, proletários rurais.

O caráter da revolução no Brasil

A revolução no Brasil deverá ter um caráter imediatamente socialista. Por quê?

Em primeiro lugar, porque não existe, como vimos anteriormente, uma burguesia nacional nem um campesinato que configurem uma base social para uma revolução de caráter democrático-burguês, nacional-popular ou com outro nome qualquer. Por um lado, a reprodução das classes dominantes, ao longo de todos estes séculos, tem sido dependente e parte integrante da produção de trabalho excedente para ser acumulado pelo colonialismo e pelo imperialismo. Por outro lado, também no campo, o fundamental da produção se tornou capitalista, quer pela sua integração no sistema mundial de produção de *commodities*, quer como agricultura integrada. O pequeno proprietário de terra ainda subsiste em algumas áreas, mas sua importância na reprodução do capital é marginal e não conforma uma base social para uma etapa camponesa na revolução proletária no país. No caso da agricultura integrada, esse pequeno proprietário não passa, como vimos, de um proletário disfarçado. Por isso, a reforma agrária significa, hoje, uma regressão das forças produtivas e, por essa razão, não deverá fazer parte do programa da revolução no Brasil. Tal como na cidade, também

no campo a transição será para uma economia sem propriedade privada, sem exploração do ser humano pelo ser humano, sem Estado e sem família patriarcal.

Afirmávamos, acima, que um projeto democrático-popular-nacionalista é historicamente inviável. Podemos agora acrescentar: porque lhe falta uma burguesia nacionalista e um campesinato que possam vir a ser sua base social. Além disso, uma revolução democrático-burguesa que tenha por sujeito histórico o proletariado, não apenas é uma contradição em termos, como ainda é desnecessária. Desnecessária, antes e acima de tudo, porque as tarefas democrático-burguesas já foram realizadas no Brasil, mesmo que condicionadas pelo passado colonial.

Em segundo lugar, porque a soberania nacional pressupõe uma revolução nacional que funde um Estado soberano. Esta finalidade é, em si mesma, impossível e desnecessária. Impossível, porque a revolução ou será mundial, ou não será, como argumentamos acima. Isto significa que, com ela, os Estados Nacionais deixarão de existir. Desnecessária, porque o Brasil já é um país capitalista sem relações de produções pré-capitalistas a serem superadas. Que sentido poderia ter a luta por uma soberania nacional via uma revolução que só pode acontecer se destruir os Estados Nacionais e os substituir pelo comunismo mundial? A constituição de um Estado nacional soberano, no atual período histórico, implicaria a continuidade do domínio do capital, uma vez que qualquer tipo de Estado estará sempre a seu serviço.

Além disso, o país conta com um parque industrial importante, com um setor de serviços desenvolvido (63% do PIB nacional vem dos serviços) e com uma agricultura que está entre as maiores produtoras de alimentos do mundo. Sobre essa base econômica se desenvolveu um proletariado moderno, com sua aristocracia operária e um amplo setor assalariado, parte importante dele produtor de mais-valia.

Afirmar o caráter imediatamente socialista da revolução no Brasil significa dizer que o proletariado é a única classe que, pelo lugar que ocupa na estrutura produtiva, tem a potência e o interesse em superar a ordem do capital e instaurar o comunismo. Por isso mesmo, derrotar as classes dominantes brasileiras faz parte do processo de superação do sistema do capital no seu todo.

*

Estes são alguns pontos que nos parecem fundamentais para discutir o caráter da revolução brasileira. Certo que não são suficientes, mas sem eles nem um passo à frente será possível. Uma vez delineado o horizonte mais geral, abre-se a possibilidade de uma discussão acerca do que fazer nas circunstâncias em que nos encontramos. Por um lado, podemos precisar quais as necessidades mais prementes para a construção de um movimento revolucionário no sentido aqui delineado e, ainda, podemos verificar quais as melhores medidas e formas de organização para atendermos a essas necessidades.

Por outro lado, é preciso também levar em consideração as condições concretas em que as lutas ocorrem e nas quais as necessidades e possibilidades, tanto teóricas quanto práticas, emergem na vida cotidiana. Sem a agudização das contradições do capitalismo, a afirmação do caráter socialista da revolução será insuficiente para desencadear um movimento revolucionário. Por tudo isso, nos parece evidente que apenas a determinação do caráter socialista da revolução no país não basta para avançarmos tanto na teoria quanto na prática, tanto na estratégia quanto na tática políticas.

Todavia, sem essa afirmação, nem há elaboração teórica, nem há prática que possam avançar no sentido da revolução, nem será possível pensar uma estratégia e uma tática para a intervenção na luta de classes.

Revolução e trabalho

Sergio Lessa

Assistimos à reedição de uma velha tese reformista: a classe operária teria, em decorrência das novas tecnologias e das novas formas de emprego, sofrido transformações fundamentais no seu (perdoem-me, mas a expressão está em voga) “modo de ser” e “modo de pensar”. Isto tornaria necessário outro conceito de revolução e um novo sujeito revolucionário. Neste contexto, é tipicamente proposta uma “atualização” de Marx. No plano teórico, cancela-se o trabalho enquanto categoria fundante do mundo dos seres humanos; no plano político-estratégico a “livre organização dos trabalhadores associados” como superação da propriedade privada, do Estado e do casamento monogâmico é substituída pela proposta reformista de uma reorientação do Estado visando uma melhor distribuição de renda.

Não deixa de ser curioso – é o paradoxo que explica a origem e a evolução de algumas das correntes da esquerda eleitoreira – que tal movimento teórico-político seja composto por muito da esquerda eleitoreira. No exato momento em que a estratégia parlamentar-reformista do PT escancara a sua verdadeira dimensão histórica, setores comprometidos com o projeto petista pretendem resgatar o seu pretenso caráter socialdemocrata: uma nova onda reformista paira no ar. Um dos pilares ideológicos desta nova onda reformista é a tese de que o proletariado não seria mais o sujeito revolucionário, e que este seu papel teria sido abolido pela evolução da técnica e das relações de emprego nas últimas décadas. Em poucas palavras, postulam que o desenvolvimento tecnológico e as novas relações de emprego teriam abolido as relações de produção essenciais ao capitalismo.

Trabalho: categoria fundante do mundo do ser humano

A concepção marxiana do trabalho enquanto “intercâmbio orgânico do homem com a natureza” -- o qual, por produzir os “meios de produção” e de “subsistência”, é a “eterna necessidade da vida social” (Marx, K. *O capital*. Vol. I, tomo I, Ed. Abril, 1983, p. 153) -- implica imediata e diretamente o reconhecimento de que são os trabalhadores os produtores do “conteúdo material da riqueza qualquer que seja a forma social desta” (Marx, Karl. *O capital*. Ed. Abril Cultural, São Paulo, 1983, volume I, tomo I, p. 46). E, como sem tais “meios de produção e subsistência” não há vida social possível, o trabalho – repetimos, o intercâmbio orgânico com a natureza – é a categoria fundante da vida social. Não há sociedade sem trabalho. Para não deixar dúvidas, Marx é claro: “(...) como o homem precisa de um pulmão para respirar, ele precisa de uma ‘criação da mão humana’ para consumir produtivamente forças da natureza”. (Marx, K. *O capital*, Vol. I, tomo II, Ed. Abril, 1985, p. 17) São os trabalhadores manuais, que produzem os meios de subsistência e de produção, que exercem esta função fundante, e isto vale para todos os modos de produção passados, presente e futuro.

Ou seja, tanto para Marx, como para Lukács e, ainda, para citar um autor contemporâneo, Mészáros, a função fundante exercida pela classe que converte a natureza em meios de produção e de subsistência pelo seu trabalho manual decorre do lugar que ocupa na estrutura produtiva, de sua função na reprodução social – e não da sua posição política ou ideológica. A configuração ideológico-política de uma classe certamente é da maior importância para a história; mas, até mesmo o campo de possibilidades da evolução ideológica e política de uma classe é delineado historicamente pelas determinações ontológicas oriundas de sua inserção na estrutura produtiva.

É assim que os escravos, os servos e os proletários contemporâneos possuem em comum, entre tantas diferenças, o fato de exercerem, a cada momento da história, a função fundante de suas respectivas formações sociais.

Trabalho e trabalho abstrato

No escravismo e no feudalismo os escravos e os servos produziam todo o “conteúdo material da riqueza” social e, os senhores e escravos e senhores feudais, se apropriavam desta riqueza com a ajuda de auxiliares (soldados, burocratas, etc. em Roma e Igreja e mercenários, no período medieval): todos eles assalariados. Hoje, a situação aparentemente – mas apenas aparentemente -- seria diversa, dado que há uma mesma relação de emprego que envolve os proletários, os outros trabalhadores e a enorme maioria dos auxiliares da burguesia: a relação de assalariamento. Como todo trabalho abstrato é assalariado (nas suas mais diversas modalidades, que inclui a terceirização, o sistema de *part-time*, o emprego sazonal, todas as modalidades de precarização, uberização, etc.), gera-se a impressão de que todos os assalariados exerceriam a mesma função social. Em poucas palavras, tal como a aparência da sociedade burguesa gera a impressão de que a única forma possível de riqueza social seria o capital, a vida cotidiana no capitalismo gera também a impressão de uma identidade entre trabalho e trabalho assalariado.

Mera aparência. A distinção e simultânea articulação entre o trabalho e o trabalho abstrato está na essência da distinção ontológica entre a função social dos operários e a dos assalariados não-operários. O que torna o trabalho uma categoria singular é sua função social: atender à necessidade, primária e indispensável, de transformação da natureza nos meios de produção e de subsistência. O que torna singular o proletariado entre os assalariados é que apenas ele, pelo seu trabalho manual, converte a natureza nos meios de produção e de subsistência,

ou seja, apenas ele exerce a atividade fundante do modo de produção capitalista. A regência do capital não deve nos levar ao equívoco de desconsiderar que, sem a transformação da natureza pelo trabalho, não há qualquer capital possível¹. Entre o trabalho e o trabalho abstrato há uma superposição, mas jamais uma identidade. O trabalho é uma “eterna necessidade” da vida humana, o trabalho abstrato apenas uma indispensável categoria da sociedade capitalista.

Trabalho abstrato e capital

Posta esta primeira distinção fundamental entre trabalho e trabalho abstrato, vamos a outro aspecto da questão: o conjunto dos trabalhos abstratos contém, em seu interior, distintas relações com o capital. Uma parte do trabalho abstrato produz a mais-valia e, outra parte, não o faz. O trabalho abstrato pode ser, ou não, produtor de mais-valia, pode ser um trabalho abstrato produtivo ou improdutivo.

Mas, mesmo no interior do trabalho abstrato produtivo, temos aquele que “produz” o capital e aquele que “apenas” o “valoriza”. Para ficarmos com Marx, peguemos o exemplo que o debate tornou clássico: o do mestre-escola (Marx, K. *O Capital*. Vol. I, tomo II, Ed. Abril, 1985, pp. 105-6.). O burguês sai do negócio com seu capital ampliado, o arrecadado com as mensalidades escolares é maior do que ele pagou pelo trabalho do professor somado aos “custos” do negócio. A geração desta mais-valia se deu sem a transformação da natureza, o dinheiro que as pessoas tinham no bolso e que repassaram ao capitalista como pagamento das mensalidades escolares se transformou em capital do burguês. O capital social total da sociedade permane-

¹ O capital pode se acumular em outras esferas que não o intercâmbio orgânico com a natureza, e de fato o faz. Todavia, não pode ser produzido senão pelo trabalho manual do proletariado que converte a natureza, repetimos, em meios de produção e de subsistência.

ceu precisamente o mesmo, nem em um grão foi acrescido por esta troca de dinheiro entre o bolso do consumidor e o bolso do capitalista.

Algo diferente ocorre com o trabalho manual do operário. Ao transformar a natureza, produz um meio de produção ou de subsistência antes inexistente. Pela sua própria determinação ontológica (isto é, ser natureza transformada), este produto, diferente da aula, sobrevive ao ato que o criou e, em alguns casos, pode ser utilizado por gerações (uma ponte, por ex.). Por isso, a quantia total da riqueza social – o capital social total -- se acresce com cada minuto de trabalho operário, pois ele, ao converter natureza, produz o “conteúdo material da riqueza”. Nada disso ocorre com o trabalho do professor. Se todo trabalho produtivo “valoriza” o capital, nem todo trabalho produtivo o “produz”.²

Portanto, ao lado da distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo (aquele que produz ou não mais-valia), esta é a segunda diferenciação da relação do trabalho abstrato com o capital: nem tudo o que gera mais-valia é trabalho enquanto intercâmbio orgânico com a natureza, aquele que produz o “conteúdo material da riqueza social” e que é o momento fundante da sociabilidade capitalista.

No passado e, também, hoje, a sociedade vive da apropriação da riqueza produzida por aqueles que convertem a natureza nos bens materiais indispensáveis à reprodução social. E isto, de forma mediada, comparece até mesmo na esfera da “valorização” (e não da “produção”) do capital: a transformação de dinheiro em capital apenas pode ter lugar se, antes, houver sido produzido o “conteúdo material” desta riqueza expressa pelo dinheiro. Portanto, (e sem negar as grandes novidades que o capitalismo trouxe nesta área), nossa sociedade também conhece a dependência ontológica da totalidade da vida social para com o tra-

² “Por ‘proletário’ só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza ‘capital’ (...).” Marx, K. *O Capital*, Vol I, tomo II, Ed. Abril, 1985, pg.188 n.70.

balho que realiza o intercâmbio orgânico com a natureza. Tanto nas sociedades pré-capitalistas quanto hoje, o “conteúdo material da riqueza” é produzido pelo trabalho intercâmbio orgânico com a natureza, que, por isso, é a categoria fundante tanto das formações pré-capitalistas quanto da sociedade na qual vivemos.

Trabalho, trabalho abstrato, trabalhadores e operários

Da precisa delimitação deixada por Marx da relação entre trabalho e trabalho abstrato, há três aspectos a serem realçados:

1) *a relação entre o capital e o trabalho operário*, entre a burguesia e a classe operária. Essa é uma relação de exploração que faz parte do nódulo essencial da produção do “conteúdo material” sobre o qual se apoia a forma historicamente particular de riqueza que é o capital;

2) *a relação entre a classe operária e os trabalhadores produtivos não operários*. Enquanto produtores de mais-valia, o caráter da exploração a que estão submetidos é visível. Contudo, é uma exploração distinta da exploração da classe operária. Diferente do trabalho operário, a geração de mais-valia tem lugar, não pela produção de um novo *quantum* de riqueza, mas pela conversão em capital de uma parte da riqueza *já produzida pelos operários* e que se encontra na sociedade sob a forma dinheiro. O salário recebido por estes trabalhadores produtivos não operários tem sua origem na riqueza produzida pelo trabalho proletário. Se a burguesia se apropria da riqueza produzida pelo proletariado, os trabalhadores produtivos não operários também o fazem, com a significativa diferença que o fazem pela mediação da classe burguesa. Indiretamente – enquanto a burguesia o faz diretamente – tais trabalhadores produtivos parasitam, também, o trabalho proletário;

3) *a relação entre o trabalho do operário e o trabalho dos outros assalariados não produtivos*. Os trabalhadores não produtivos de mais-valia são explorados pela burguesia porque, quanto menos

esta pagar a eles, menor será o custo de produção e, portanto, maior a mais-valia. Isto, com as devidas mediações, é válido para aquelas atividades improdutivas no interior da própria empresa capitalista (administração, controle, planejamento, etc.), como também para os funcionários públicos de todos os matizes. Tal como entre os trabalhadores produtivos não operários, também a força de trabalho deste setor é paga com a riqueza produzida pelo trabalho proletário. Tal como ocorre com os trabalhadores produtivos não operários, há aqui também uma ambígua relação com a burguesia e com o proletariado. Pois, tal como a burguesia, estes trabalhadores parasitam o trabalho proletário; todavia, são também (ainda que de modo diverso) explorados pelo capital. É esta situação ambígua que faz com que, em uma crise revolucionária, os assalariados não operários tendam a se dividir: os mais ricos tendem a compor o bloco político com a burguesia e, os mais pobres, a confluir com o proletariado. Mas isto não é uma regra fixa e imutável, é apenas uma tendência geral, plena de exceções em cada caso histórico.

Por que o proletariado é o sujeito revolucionário por excelência?

O trabalho continua sendo a categoria fundante da sociabilidade capitalista e a classe que exerce o trabalho manual imprescindível para se converter a natureza em meios de produção e de subsistência continua sendo a classe que produz o “conteúdo material da riqueza” de toda a sociedade burguesa. Esta classe é o proletariado. Por esta razão, a classe operária é a única classe que não vive da exploração de outra. Todas as outras classes parasitam o trabalho proletário. A burguesia, de modo facilmente reconhecível. Os trabalhadores produtivos não operários e os improdutivos, na medida em que seus salários advêm da riqueza produzida pelo trabalho proletário. É isto que faz do proletariado a classe revolucionária por excelência: é ela a única

que não tem nada a perder, “apenas os seus grilhões”, com a superação da propriedade privada, do casamento monogâmico, do Estado – enfim, da exploração do ser humano pelo ser humano.

Se isto é uma verdade, não menos verdadeiro, contudo, é que entre a burguesia e o conjunto dos trabalhadores não operários há uma contradição também significativa. O fato de serem explorados pela burguesia faz com que estes setores desenvolvam contradições com a ordem capitalista que podem abrir amplas possibilidades para que os operários atraiam para as bandeiras comunistas setores mais ou menos amplos dos assalariados. Em larga medida, o desdobramento de uma crise revolucionária depende da maior ou menor capacidade de os operários atraírem para si os demais trabalhadores.

Este fato, contudo, em nada se contrapõe ao que argumentamos: o proletariado não apenas não se dissolveu entre os outros assalariados, mas também é a classe revolucionária por excelência.

Aqueles que pretendem substituir a plataforma comunista por uma plataforma socialdemocrata argumentando o fim ou o desaparecimento da classe operária, estão redondamente enganados. O proletariado não está historicamente superado, nem estão seus objetivos históricos. Ao contrário do que querem muitos, como muito bem argumentou Mészáros em *Para além do capital*, a história do século XX possibilitou demonstrar estarem absolutamente esgotadas todas as vias reformistas, socialdemocratas, para a construção de um capitalismo de face humana – ou mesmo para a distribuição de renda e riqueza.

Hoje, se faz uma vez mais necessário levantar a bandeira histórica da revolução comunista, com o proletariado como seu sujeito fundamental.

Abaixo a propriedade privada, o Estado e o casamento monogâmico!

Viva a “livre organização dos trabalhadores associados”!

Trabalho associado e revolução proletária

Ivo Tonet

(Revista Novos Temas, n. 5/6, 2011/12)

Introdução

É sempre tarefa ingrata fazer a crítica das tentativas revolucionárias socialistas. Trata-se de tentativas que envolveram o esforço e o sacrifício de milhões de pessoas. Mais ingrata ainda é esta tarefa quando se trata de fazer a crítica de ações com as quais nos identificamos durante longos anos e que defendiam uma causa que consideramos da mais alta importância. Esta crítica, especialmente quando não se trata apenas de apontar erros e defeitos pontuais, mas de questionar em profundidade a correção dos caminhos trilhados, muitas vezes é percebida como pura e simples negação, menosprezo ou desqualificação feitos por intelectuais no conforto dos seus gabinetes. Ou, pelo menos, como uma atitude teoricista, isto é, de subestimação das situações concretas.

Por isso mesmo, antes de entrar *in medias res* é preciso deixar claro que a crítica do passado é condição imprescindível para iluminar os caminhos do futuro; que as críticas, venham de onde e de quem vierem, devem ser examinadas pela solidez dos seus argumentos e não pelo comprometimento afetivo dos seus autores. Como já diziam os latinos: *amicus Plato, magis amica veritas*. Ou, como dizia Marx: *A ignorância nunca ajudou ninguém*.

A luta da classe trabalhadora pela sua emancipação e de toda a humanidade implica o conhecimento, o mais amplo e profundo possível, da realidade social a ser transformada. Nada menos do que a verdade pode interessar à classe trabalhadora e como a verdade não é algo evidente, o trabalho sério e livre de sua busca impõe-se como uma tarefa inescapável, mesmo que tenha que ser muito dura.

Mais do que quaisquer outros, os comunistas devem estar interessados na busca da verdade e devem assumir essa tarefa com empenho, rigor e seriedade. Afinal, aos comunistas interessa o sucesso da luta pela emancipação humana e o conhecimento verdadeiro da realidade social é um instrumento imprescindível nessa luta.

Para ser mais abrangente, esta crítica deveria começar pelos fundamentos metodológicos – num sentido ontológico – que constituem o seu ponto de partida e travejamento. Tarefa impossível num breve texto. Por outro lado, já assinalamos, em outros textos³, esses parâmetros metodológicos. Nossa intenção, nesse texto, é discutir um aspecto, que nos parece de capital importância no contexto da problemática da transição do capitalismo ao comunismo. Trata-se da relação entre as categorias de trabalho associado e de revolução. Vale dizer, trata-se de examinar como se articulam essas duas categorias no processo de transição de uma sociedade capitalista a uma sociedade comunista. O que implica, necessariamente, a clarificação acerca da natureza do trabalho associado, de sua distinção em relação a outras formas de trabalho, das relações entre economia e política, bem assim como o exame do significado da revolução proletária.

A crítica tradicional da revolução soviética

Entendemos por crítica tradicional aquela feita por marxistas com o objetivo de buscar compreender os descaminhos dessa revolução e de todas as outras que seguiram, de algum modo, esse modelo.

Esta crítica, não obstante a imensa diversidade dos seus aspectos, fundava-se no pressuposto de que a revolução soviética tinha sido uma revolução de caráter socialista. As divergências se situavam na identificação do quando e do como ela teria per-

³ Ver, de nossa autoria, cap. 1 do livro *Educação, cidadania e emancipação humana*; também, “Marxis-mo para o século XXI”, encontrável no site: www.ivotonet.xpg.com.br

dido esse caráter. Assumia-se, mais ou menos explicitamente, que, mesmo não tendo seguido o caminho clássico, indicado por Marx e Engels, ela teria sido uma revolução de caráter socialista. Combinando ou não diversos aspectos, a perda desse caráter era atribuída à burocratização, ao dirigismo do partido bolchevique, ao cerceamento da participação das massas trabalhadoras, aos problemas econômicos, políticos e sociais criados pela Primeira Guerra Mundial, à intervenção militar e política das potências imperialistas, à guerra civil interna, à repressão instaurada por Stalin. A própria discussão acerca das questões econômicas não versava sobre a essência, vale dizer, sobre se ela era realmente socialista ou não, mas sobre a forma, isto é, sobre quais as melhores formas econômicas que poderiam implementar o seu caráter socialista.

O que permitiria atribuir a esta revolução um caráter socialista? A nosso ver, o entendimento do que se chamou de socialização dos meios de produção.

Sabe-se que, do ponto de vista marxista, o controle dos meios de produção é a questão chave para definir o caráter de uma forma de sociabilidade. Ora, a supressão da propriedade privada dos meios de produção, a concentração desses meios nas mãos do Estado, que já não seria um Estado burguês, mas proletário, a organização da economia de modo a atender os interesses da ampla maioria da população, tudo isso expressaria o sentido da socialização da economia e foi exatamente isso o que o governo revolucionário fez. Ora, todas essas medidas pareciam indicar que a socialização da economia estava em andamento, não obstante todos os percalços e problemas. Sua forma poderia ser questionada, mas não sua essência socialista. Porém, a situação concreta também parecia impor um dilema.

Como bem situa Lukács no seu livro *L'Uomo e la democrazia*⁴, considerando que se tratava de uma revolução realizada

⁴ Este texto foi, depois de redigido este artigo, publicado no Brasil em uma coletânea organizada por José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho com

por um caminho não clássico e, portanto, num país no qual faltavam ainda as bases materiais para efetivar a passagem ao comunismo, o dilema se colocava do seguinte modo:

A alternativa real que aqui se apresentava era determinada pelo fato de que o problema ao qual se alude, o desenvolvimento das bases objetivo-econômicas do socialismo, que ainda não existiam, punha-se em termos imperativos e não alternativos. A verdadeira alternativa histórica para os homens que agiram naquele momento se concretizava deste modo: se e como associar este problema central, inescapável para o socialismo porque é por ele fundado objetivamente, com aquelas formas de desenvolvimento que – naquele dado estágio de desenvolvimento econômico, delimitadas no seu espaço real – representavam as pré-condições sociais de uma democracia socialista ou se, em nome do mero progresso econômico, relegá-las a um segundo plano ou até, transformá-las em momentos completamente postos de lado.

Não se questionava, pois, a possibilidade de desenvolver as bases econômicas do socialismo de maneira socialista. A questão era apenas como isso se realizaria: com ou sem democracia, com ou sem a participação intensa das massas trabalhadoras. Nenhum dos teóricos marxistas revolucionários mais destacados – aí incluídos Lenin, Rosa, Trotsky, Bukharin, Gramsci, os integrantes da Oposição Operária, Lukács – questionou a essência do caráter socialista da revolução soviética. Apenas os seus defeitos e descaminhos⁵.

o título de “Socialismo e democratização (Lukács, G. (2009). *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro). Cito da edição italiana, *L’Uomo e la democrazia*. Roma, Lucarini Ed. 1987, p. 102-3.

⁵ Valha observar que Lenin e Rosa morreram quando essa revolução ainda estava se iniciando. E que eles tinham consciência, assim como a maioria da liderança bolchevique, de que o prosseguimento da revolução pelo caminho do socialismo só seria possível com a deflagração desse movimento nos países mais desenvolvidos. A ideia de socialismo em um só país é posterior à morte de Lenin e Rosa. Vale observar também que Trotsky e Gramsci se opuseram, de modo diferente, à ideia de socialismo e um só país sem, contudo, negarem o caráter socialista da Revolução de Outubro.

Alguém poderia argumentar que os mencheviques questionaram a possibilidade de uma revolução socialista. Portanto, negar o caráter socialista da revolução soviética seria concordar em que a revolução deveria ter tido um caráter democrático-burguês. É verdade que os mencheviques propunham uma revolução democrático-burguesa. Aquele argumento, porém, esquece que a afirmação do caráter socialista da revolução pelos que a apoiavam se baseava numa sólida análise do capitalismo. Esta análise parecia indicar que o capitalismo se encontrava em seu estágio final. E que, portanto, não se trataria de realizar uma revolução socialista na Rússia, mas apenas de acender, lá, o estopim da revolução que arrastaria o mundo todo. Tratar-se-ia, portanto, de uma possibilidade real, não de um equívoco voluntarista.

Não se trata, portanto, de dizer, *post festum*, o que os revolucionários deveriam ter feito. Entendemos que, segundo a análise que eles tinham da situação do capitalismo e das possibilidades, que eram muito reais, de uma revolução na Alemanha e em seguida no mundo todo, sua atuação foi correta. Mas, os rumos que as coisas tomaram com o insucesso da Revolução Alemã criaram para eles um autêntico beco sem saída.

Veremos, mais adiante, como esse não questionamento radical do caráter da revolução soviética, articulado com a situação concreta criada após os passos iniciais, teve efeitos desastrosos tanto do ponto de vista teórico como prático, levando ao que denominamos de descaminhos caracterizados pela passagem da centralidade do trabalho à centralidade da política.

Por onde começar a crítica?

Se é verdade que a economia é a matriz de qualquer forma de sociabilidade, então a crítica da Revolução Soviética tem que começar pelo exame desta base material.

E, para evitarmos imprecisões ou mal-entendidos, come-

ce mos perguntando: o que é economia? Entendemos por economia o conjunto das relações que os homens estabelecem entre si no processo de transformação da natureza para produzir os bens materiais necessários à sua existência. Trata-se, portanto, de forças dos indivíduos que são colocadas em comum, transformando-se, assim, numa força coletiva no processo de transformação da natureza. É evidente que isto implica, sempre, um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas e certo tipo de relações de produção. Como os homens produzem, e o que produzem serão os elementos fundamentais que constituirão a base de qualquer forma de sociabilidade.

Durante milhares de anos, nas comunidades primitivas, estas forças sociais permaneceram inteiramente sociais, vale dizer, sob o controle dos próprios produtores, tanto na produção como na distribuição dos bens. Isto não implica nenhuma idealização. Pelo contrário, é o reconhecimento da precariedade da situação vivida por estas comunidades neste largo momento histórico.

A entrada em cena da propriedade privada, fundada na produção do excedente e nas circunstâncias concretas em que isto se deu, teve como resultado uma profunda transformação no ser da humanidade. Aquelas forças, que eram sociais ao longo de todo o processo produtivo, foram privatizadas, isto é, separadas do controle dos produtores e colocadas a serviço dos interesses de uma parte da sociedade, uma pequena minoria. O controle privado dessas forças, ou seja, dos meios de produção, é a questão decisiva para a manutenção de qualquer forma de sociabilidade fundada na propriedade privada.

Por isso mesmo, a reapropriação dessas forças, a recolocação delas sob o domínio daqueles que produzem a riqueza material é condição primeira e fundamental para a instauração de uma forma de sociabilidade plenamente livre, de uma autêntica comunidade humana, não mais dividida em classes sociais; de uma forma de sociabilidade de onde tenha sido eliminada a

exploração do ser humano pelo ser humano. Vale dizer, de uma forma de sociabilidade comunista.

Contudo, a reapropriação dessas forças não pode ser apenas o efeito de um desejo. Ela implica determinadas condições. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels apontam quais são essas condições. Por um lado, ela é demarcada *pelo objeto a apropriar* (Expressão Popular, 2009, p. 108). Por outro lado, *pelo modo como tem de ser realizada* (Idem, p. 109). Pelo objeto, no sentido de que este – a totalidade das forças produtivas – tem, hoje, um caráter universal. Por isso,

Essa apropriação tem, portanto, e desde logo por esse motivo, de ter um caráter universal, correspondente às forças produtivas e ao intercâmbio. Pelo modo, no sentido de que só pode ser realizada por meio de uma união, a qual, pelo caráter do próprio proletariado, só pode ser, por sua vez, uma união universal.

E concluem eles (Idem, p. 109):

Com a apropriação das forças produtivas totais pelos indivíduos associados, cessa a propriedade privada.

Esta forma nova de apropriação das forças produtivas é o que Marx chama de trabalho associado. Em vários momentos da sua obra, ele fala dessa forma de trabalho que deverá ser o fundamento material da emancipação humana.

Sabemos que, para Marx, o trabalho, no sentido de intercâmbio do homem com a natureza para produzir os bens materiais necessários à existência, isto é, no sentido de produtor de valores de uso, é uma lei eterna da humanidade e o fundamento do mundo social. Por isso mesmo, cada forma de sociabilidade (modo de produção) terá como seu fundamento material, uma determinada forma de trabalho. O que significa que uma mudança radical na forma da sociabilidade implica, necessariamente, uma transformação, também radical, na forma do trabalho. Foi o que aconteceu em todas as passagens de um modo de produção a outro. Por isso é que a pedra angular do modo

de produção comunista é o trabalho associado, uma forma radicalmente nova de intercâmbio do homem com a natureza e adequada a esta nova forma de sociabilidade.

Infelizmente, a reflexão sobre essa categoria foi negligenciada. Não no sentido de que as questões econômicas não tenham sido objeto de preocupação, mas no sentido de que todo o processo revolucionário foi visto a partir da problemática política. Pode-se até compreender porque isto aconteceu, considerando as circunstâncias concretas, mas os resultados disso foram profundamente negativos para a luta pela emancipação humana.

O trabalho associado

Lenin, dadas as circunstâncias conhecidas, escreveu *O Estado e a Revolução*, pois naquele momento tratava-se de combater o reformismo socialdemocrata. No entanto, ele *não* escreveu *O Trabalho e a Revolução*. Se tivesse escrito essa obra, a categoria do trabalho associado certamente ocuparia nela uma posição muito destacada tendo em vista a sua fundamental importância no processo revolucionário. Cabe, então, a nós retomar a reflexão sobre essa categoria, de modo a esclarecer sua natureza, sua diferença com relação a outras – tais como cooperativismo, trabalho solidário, trabalho comunitário, etc. – sua importantíssima função social no processo de transição do capitalismo ao comunismo e no próprio modo de produção comunista.

Para ficar bem clara a natureza do Trabalho Associado, é preciso salientar que ele tem quatro características identificadoras. **Liberdade, consciência, coletividade e universalidade.** Trata-se de uma forma de intercâmbio com a natureza, portanto, de produção da riqueza material, feita por **indivíduos livres**, isto é, senhores das suas decisões. Embora sujeitos às leis da natureza, são eles que decidem, partindo das suas necessidades, o que deve ser produzido, como deve ser produzido e como deve ser repartido o fruto do trabalho. Isto significa, obviamente,

que o produto do trabalho tem como objetivo único atender às necessidades humanas e não acumular capital. Daí porque trabalho associado e valor de uso formam uma unidade incindível.

Trata-se também de uma forma de trabalho realizada por **indivíduos conscientes**, isto é, que têm conhecimento tanto dos objetivos pretendidos quanto do processo social em geral. Isto significa que não há, por trás desses indivíduos, uma lógica mais profunda e oculta que esteja dirigindo toda essa atividade. Vale dizer, nem a “mão invisível” do mercado, nem a lógica da reprodução do capital, nem qualquer teleologia que não seja aquela determinada pelos próprios sujeitos desse processo.

Certamente, mesmo nessa forma de trabalho, também continuará presente a impossibilidade de prever de modo absoluto todas as consequências. Mas, o fato de que não seja possível prever todas as consequências dos atos praticados não invalida a afirmação de que os homens são os sujeitos fundamentais desse processo. É da natureza do processo social a impossibilidade de prever com absoluta exatidão todos os desdobramentos dos atos humanos. O que estará ausente é a possibilidade de que erros e problemas se tornem um poder permanente, incompreensível, hostil, poderoso e que domine a vida humana.

É também uma forma de atividade levada a efeito por indivíduos de maneira **coletiva**. Com efeito, o desenvolvimento histórico da humanidade caminhou no sentido de transformar, pela associação, as forças individuais em forças cada vez mais multiplicadas. Trata-se, hoje, de retirar essas forças sociais multiplicadas da submissão a poderes privados e restituí-las aos seus verdadeiros donos, isto é, aos produtores. Essa restituição é tarefa do trabalho associado.

E, por fim, mas não menos importante, trata-se de uma atividade necessariamente de caráter **universal**. Não há como negar que os problemas da humanidade são, hoje, universais e só universalmente podem ser resolvidos. Está, portanto, descartada qualquer possibilidade de comunismo em um só país. Até

porque a divisão do mundo em países, especialmente as nações modernas, faz parte da entificação da sociedade burguesa. Uma humanidade comunista será uma comunidade universal, sem isso implicar a supressão da diversidade, ou não será comunista. Voltaremos a essa questão da universalidade mais adiante.

Ora, esta forma de trabalho implica uma mudança radical em todo o processo de produção. A começar pelo objetivo, que deve ser o valor de uso, ou seja, o atendimento das necessidades humanas e não o valor de troca. Por isso mesmo, trabalho associado e produção de mercadorias são categorias que se excluem de modo absoluto, pois mercadorias sempre implicam relações de exploração entre os homens. Também implica a eliminação da divisão social do trabalho, na medida em que serão os próprios produtores que dirigirão a totalidade do processo. Como diz Marx (*Manifesto inaugural de da Azoeirariam Internacional de los Trabajadores*. In: C. Marx y F. Engels, *La Internacional*. Mexico, 1988, p. 6):

...a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna pode ser organizada sem a existência de uma classe de patrões que empregue uma classe de “braços”; que, para dar frutos, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados como meios de dominação e de exploração dos trabalhadores e o trabalho assalariado assim como o trabalho escravo e o trabalho servil é somente uma forma social transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado, que cumpre sua função com braço vigoroso, espírito ágil e coração alegre.

A existência do trabalho associado também supõe uma completa reestruturação do processo e dos instrumentos de trabalho de modo a adequá-los às necessidades humanas e da relação entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Mas, e nunca é demais acentuar, o trabalho associado implica, pela sua própria lógica e não por um dever abstrato, a não cessão do controle da produção a qualquer instância que escape ao domínio dos produtores. Qualquer forma organizativa terá que estar, necessariamente, subordinada àqueles que produzem

a riqueza e às finalidades e formas por eles estabelecidas.

Como se pode facilmente verificar, esta forma de trabalho, com todas estas características, só pode existir se houver capacidade de produzir riqueza em abundância, isto é, suficiente para atender às necessidades de todos. Vale dizer, a abundância é *conditio sine qua non* da possibilidade de existência do trabalho associado. Marx deixou isso bem claro na *Ideologia Alemã*. Lá ele afirma (Expressão Popular, 2009, p. 50):

...este desenvolvimento das forças produtivas (...) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, porque, sem ele, apenas se generalizaria a escassez e, com a carência, recomençaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundície anterior seria restabelecida;

E, mais adiante, volta a acentuar (Idem: 65):

Nem lhes explicaremos (aos sábios filósofos, I.T.) que somente é possível efetuar a libertação real no mundo real e mediante meios reais; ... e que não é possível libertar os homens enquanto não estiverem em condições de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas. A “libertação” é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é efetivada por condições históricas, pela situação da indústria, do comércio, da agricultura, do intercâmbio...

Aqui fica evidenciada a importância da correta relação entre subjetividade e objetividade. Na tradição do pensamento ocidental, o entendimento dessa relação tem oscilado ora para o lado da objetividade, especialmente no período greco-medieval, onde o sujeito era visto como um ser passivo diante de uma ordem universal e social que ele não podia modificar, ou para o lado da subjetividade, de modo especial a partir da modernidade, onde se atribui ao sujeito a tarefa de organizar a sociedade segundo ideais por ele elaborados.

Partindo do ato modelar da práxis social, que é o trabalho, Marx mostra que subjetividade e objetividade são dois momentos, com o mesmo estatuto ontológico, que compõem este ato.

Da síntese desses dois momentos é que surge o ser social. Porém, Marx não afirma apenas a interação entre esses dois momentos, mas também o fato de que a objetividade é o momento determinante. O processo de objetivação, isto é, de efetivação do que foi teleologicamente elaborado, implica que o sujeito tenha que buscar na realidade objetiva os materiais necessários à obtenção do fim colimado. Isto deixa clara a determinação ontológica da objetividade, pois que se nela não existirem as possibilidades reais, de nada adiantará o sujeito enfatizar a sua vontade. Sua intenção sempre estará fadada ao fracasso. Por outro lado, a existência das possibilidades demonstra a importância da intervenção da subjetividade. É ela que tem que fazer as escolhas e impulsionar as ações necessárias para dar vida a determinadas possibilidades. Mas isto significa que, se estas possibilidades não existirem, de nada adiantará o esforço subjetivo.

Referindo-se à necessidade de condições materiais para a edificação de uma sociedade comunista, Marx diz n' *A Ideologia Alemã* (Expressão Popular, 2009, p. 57):

Se tais elementos materiais não existem, então, no que se refere ao desenvolvimento prático, é absolutamente indiferente que a ideia desta subversão tenha sido já proclamada uma centena de vezes, como demonstra a história do comunismo.

E, nos *Grundrisse (Elementos fundamentais para la crítica de la economía política)*. México, Siglo XXI, 1978, p.87), enfatiza:

Por outro lado, se a sociedade, tal como existe, não contivesse, ocultas, as condições materiais de produção e de circulação para uma sociedade sem classes, todas as tentativas de fazê-la explodir seriam outras tantas quixotadas.

Veremos a importância dessa questão quando tratarmos do processo concreto de transição do capitalismo ao comunismo.

Como se pode ver, economia não é a simples administração de técnicas e meios de produção neutros, que poderiam ser colocados a serviço de uma classe ou de outra. É todo um conjun-

to de forças produtivas e relações de produção perpassadas pela questão da autoconstrução humana. De modo que, quando se tratar de uma autoconstrução humana plenamente emancipada, todo este conjunto também deverá sofrer profundas alterações.

Prossigamos perguntando: o que é política?

A política

Na esteira de Marx, e sem entrar no mérito de uma abordagem mais ampla, entendemos por política aquela dimensão da atividade humana que, nascendo da propriedade privada (divisão social do trabalho, classes sociais), expressa o embate entre as classes sociais acerca da organização da sociedade, tendo esta por núcleo a produção e a apropriação da riqueza. A existência de classes sociais implica, necessariamente, a exploração e a dominação de uma(s) sobre outra(s). A reprodução da sociedade sob esta forma implica, por sua vez, a separação e a privatização de determinadas forças sociais (nucleadas pelo Estado) para a defesa de interesses particulares. Neste preciso e amplo sentido, política é uma dimensão da atividade humana que tem por fundamento a propriedade privada e a existência de classes sociais e, por isso, implica sempre a luta dos homens entre si e a dominação do homem pelo homem. Mesmo quando se trata da luta da classe trabalhadora, que tenha por fim explícito a supressão da propriedade privada e das classes sociais, mesmo então este embate tem por alvo fundamental o poder, pois é através deste poder que se abre a possibilidade de restituir aos seus verdadeiros detentores todos os poderes sociais.

Dada, portanto, a natureza tanto da economia como da política, as relações entre essas duas dimensões implicam a dependência ontológica da política em relação à economia. Também implica a autonomia relativa da política em relação à economia. E, por fim, também implica a interação recíproca entre essas duas dimensões, sem falar da mesma relação com todas

as outras dimensões sociais. No entanto, a regência do processo está sempre no âmbito da economia, o que significa que, por mais que a política possa e deva exercer a sua atividade própria, nunca poderá desbordar o campo de possibilidades postas pela economia. Só por aí já se vê que a política não é nem desqualificada, nem diminuída. O que é esclarecido é a sua origem, a sua natureza, a sua função social, os seus limites intrínsecos e o campo das suas possibilidades.

Trabalho associado e transição

Como se relacionam essas duas dimensões no processo de transição do capitalismo ao comunismo? Qual o papel da política e qual o papel do trabalho associado?

Num dos seus primeiros escritos, *Glosas críticas marginais ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano*, Marx (Revista Praxis, Belo Horizonte, Projeto Joaquim de Oliveira, 2005, p. 52⁶) afirma que a revolução socialista tem que ser uma “*revolução política com alma social*”. Política porque significa “...a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações”...Social porque “...ali onde tem início a sua atividade organizativa, ali onde aparece o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político.”

Deste modo, para Marx, a revolução é uma articulação entre esses dois momentos: político e social. Ambos imprescindíveis, mas ambos com tarefas diferentes. Não apenas diferentes, mas em uma relação em que o momento político é uma atividade com tarefas preliminares e sempre subordinadas, no sentido ontológico, ao momento social. O momento político implica a destruição – não a simples apropriação – de todo o aparato de Estado da burguesia. Como Marx afirmou (*A Ideologia Alemã*.

⁶ Há uma edição mais recente deste texto, Marx, K. (2010) *Glosas Críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano*. (Introdução de Ivo Tonet). Ed. Expressão Popular, São Paulo.

São Paulo, Expressão Popular, 2009, p. 399).

... a classe operária não pode apossar-se simplesmente da maquinaria de Estado já pronta e fazê-la funcionar para os seus próprios objetivos.

Isto é reafirmado por Engels no prefácio a esta mesma obra, de 1891, e ainda por Lenin em *O Estado e a Revolução*. A mesma afirmação é retomada atualmente por Mészáros e reforçada ao acentuar que, sendo o aparato estatal a força política que sustenta a exploração do capital sobre o trabalho, é imprescindível a quebra deste instrumental para que o trabalho possa libertar-se.

Vale dizer, como todos esses autores afirmam, que as tarefas políticas são essenciais à revolução, mas têm um caráter negativo, isto é, de destruição do poder político burguês, de preparação do terreno no qual possa florescer a “alma social” do socialismo, sua forma específica de trabalho, o trabalho associado.

Considerando que o poder político é força social que foi, pelo processo de constituição da propriedade privada, separada dos seus autênticos possuidores e posta a serviço de interesses particulares; considerando que este poder representa sempre um interesse particular, mesmo quando exercido pelo proletariado, não há a menor possibilidade de que ele assuma as tarefas positivas de construção do socialismo.

Essas tarefas positivas devem, necessariamente, ter como polo regente o campo do econômico, pois é nele que se encontra a “alma” do socialismo, o fundamento material da nova ordem social.

Porém, é claro que, mesmo destruído o Estado burguês, não será da noite para o dia que essa “alma” do socialismo poderá entrar em cena em toda a sua plenitude. Haverá um período de transição – que precisamente foi denominado de socialismo – em que as velhas formas produtivas ainda estarão presentes e no qual as novas formas irão configurar-se como o fundamento da sociabilidade comunista.

O que é preciso acentuar é que a discussão a respeito desse período de transição não pode ser feita à luz das tentativas revolucionárias até hoje realizadas. Isso porque todas elas, como

já referimos no livro *Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política* (Ed. Alfa-ômega, 2009), entraram por uma via que leva, necessariamente, a atribuir à dimensão política as tarefas positivas de construção da nova ordem social. Essa via estará sempre fadada ao fracasso.

Como já vimos acima, um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas – tarefa própria do capitalismo – é *conditio sine qua non* de uma revolução socialista.

Posta essa condição, a questão seguinte a ser acentuada é que “a libertação da classe trabalhadora é obra da classe trabalhadora”. Portanto, a participação decisória e não apenas figurativa dos trabalhadores é absolutamente indispensável no andamento desse processo. É a classe e não um partido ou partidos e muito menos um governo que deve assumir as tarefas positivas de transformação da sociedade. Quando Marx e Engels, no Manifesto (1998:29/30), afirmam que o proletariado, tendo dado o primeiro passo e se tornado classe dominante, deve ...*centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado...eles enfatizam imediatamente...isto é, do proletariado organizado como classe dominante...* Mais tarde, em *A guerra civil na França*, Marx enfatizará o caráter comunal dessa organização, querendo, com isso, deixar claro que não se trata de uma nova forma típica de Estado, ou seja, de uma instituição separada da sociedade, mas da auto-organização do conjunto da classe trabalhadora.

Não se trata do debate acerca da oposição entre dirigismo e espontaneísmo. Assim como foi realizado, esse debate era e permanece infrutífero. A questão fundamental, que não foi considerada porque não estava presente, é que o dirigismo – por partido e/ou Estado – só pode ser superado, e a participação ampla e criativa das massas trabalhadoras só pode se efetivar, tendo como base aquela condição acima mencionada: um alto desenvolvimento das forças produtivas. Sem esta condição, a participação das massas não poderá ir além do voluntarismo e a classe passará a ser substituída pelo partido e pelo Estado, não

importam as boas intenções dos dirigentes. Na ausência dessas condições acontecerá, fatalmente, o que foi previsto por Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*: a luta pelo necessário voltará a se repor e, com isso, todo o universo da exploração do ser humano pelo ser humano.

Qual é, então, a questão? A nosso ver, trata-se do fato de que, embora o trabalho associado, alma do comunismo, não possa entrar em cena na sua plenitude imediatamente após queda do Estado burguês, ele deve se fazer presente, tanto no sentido de ser o eixo do processo revolucionário, quanto no sentido de expressar-se em um conjunto de transformações econômicas que impulsionem a subversão da forma capitalista da produção. Mas, estas transformações econômicas devem sinalizar claramente no sentido da instauração do trabalho associado e não da “socialização da economia” como foi entendida e praticada nas revoluções de tipo soviético

Já não se trata, portanto, de desenvolver as forças produtivas, tarefa realizada pelo capitalismo, nem de simplesmente tomar posse das forças produtivas capitalistas, mas de reformular todo o processo produtivo de modo a permitir que essas forças, que são as forças pertencentes aos indivíduos, voltem a ser colocadas sob o domínio destes e voltadas para o atendimento das suas necessidades. Trata-se de restituir aos seus verdadeiros possuidores as forças das quais foram expropriados pelo processo de instauração da propriedade privada, atualmente sob a forma capitalista.

Todo este processo implicará que os próprios produtores intervenham na identificação das necessidades a serem atendidas, na organização do processo de produção, de modo que o trabalho seja realizado nas condições mais dignas possíveis do ser humano e na estruturação do processo de distribuição da riqueza.

Argumenta-se, frequentemente, que a falta de socialização do poder político teria sido a responsável por travar a continuidade da socialização da economia. *A converso*, se a socialização do poder

político tivesse continuado, a economia, que já estava trilhando o caminho do socialismo, teria, pelo menos com muito mais probabilidades, continuado a sua trajetória em direção ao comunismo.

Esse argumento esbarra na relação entre subjetividade e objetividade. E num entendimento incorreto dessa relação. Atribui-se às decisões dos líderes revolucionários, tomadas em situações concretas, o impedimento ao prosseguimento no sentido da participação efetiva das massas na condução do processo social. Vale dizer, essas decisões – e elas são, de modo geral, atribuídas ao período dominado por Stalin, mas não só – de cerceamento da participação das massas, de intensificação da burocratização, teriam sido as principais responsáveis por impedir a continuidade da socialização da economia.

É o argumento lukacsiano ao qual nos referimos acima: dada a situação de atraso, ou socializar a economia e a política ou apenas a economia. O caminho tomado por Lenin seria o primeiro. Com a sua morte, o segundo caminho foi trilhado por Stalin.

Esse argumento esquece que a realidade objetiva não comportava a alternativa de uma autêntica socialização da economia, porque esta, como já vimos, tem como ponto de partida um alto desenvolvimento das forças produtivas, condição inexistente na Rússia. Desse modo, independentemente da decisão dos líderes revolucionários, embora com variações significativas, dado o peso das individualidades, o caminho seria sempre no sentido de uma ditadura não do, mas sobre o proletariado. As provas históricas são por demais abundantes para não reconhecer a veracidade disso.

Ao contrário do que afirma esse argumento, foi a impossibilidade – não a simples falta – de uma autêntica socialização da economia que impediu o prosseguimento no sentido da transição do capitalismo ao comunismo.

Outro argumento, também muito enfatizado, é de que a revolução soviética tomou um caminho diferente daquele preconizado por Marx e Engels. Este seria o caminho clássico. Lenin,

Gramsci e Lukács, entre outros, aludem a isso. E, considerando que para este novo caminho não havia nenhuma indicação de Marx e Engels, os revolucionários deveriam resolver, eles mesmos, os novos problemas.

Também esse é um argumento falso. O caminho trilhado pela revolução soviética não era, de modo nenhum, uma nova via para o socialismo. Era, no máximo, um ponto de partida diferente para a revolução que deveria ter o seu eixo nos países mais desenvolvidos. Os próprios dirigentes revolucionários tinham clareza a esse respeito. Tanto é que a ideia de que a revolução soviética estaria tomando um caminho diferente só surgiu após o fracasso da revolução alemã. Na verdade, o que aconteceu foi que os revolucionários se viram a braços não com um caminho diferente, mas com um beco sem saída. E esse beco sem saída os levou a transformar a necessidade em virtude, ou seja, a afirmar que o desenvolvimento acelerado das forças produtivas, conduzido pelo Estado – supostamente proletário – significava a socialização socialista da economia.

A modo de conclusão

A crítica das tentativas revolucionárias realizadas até agora é condição fundamental para iluminar os caminhos do futuro. Momento decisivo dessa crítica é o resgate do trabalho como categoria fundante do ser social e, portanto, como categoria fundante de qualquer forma de sociabilidade. Consequência fundamental disto será a afirmação de que a superação de uma forma de sociabilidade por outra implica, necessariamente, uma transformação radical na forma do trabalho. No caso da superação do capitalismo, essa transformação significará a eliminação do trabalho assalariado e a instauração do trabalho associado como fundamento da sociabilidade comunista.

Por isso mesmo, o resgate da categoria do trabalho associado é de capital importância para a crítica das tentativas revolucionárias até hoje realizadas e para deixar claro que, mesmo

durante o processo de transição do capitalismo ao comunismo, esta nova forma de trabalho deve se fazer presente como polo regente de todo o processo. Somente através desta nova forma de trabalho é possível restituir aos seus verdadeiros possuidores as forças sociais que lhes foram expropriadas.

Burocracia e Estado do Capital Pós-Capitalista

Cristina Paniago

(em *Mészáros e a crítica à experiência soviética*,

Instituto Lukács, 2017)

Introdução

A questão da burocracia e do Estado moderno extrapola a forma capitalista e vai além desta, pois exhibe conteúdos ainda mais inquisidores na forma soviética que o Estado pós-revolucionário adotou a partir da revolução socialista de 1917.

A Revolução de Outubro na Rússia, em 1917, colocou, pela primeira vez, em xeque a perenidade do capitalismo mundial e a naturalização das relações humanas subordinadas à reprodução histórico-social fundada na relação-capital, tão propaladas por seus mais renomados ideólogos. O modo como a sociedade capitalista vinha organizando a relação homem-natureza, visando a produção das condições materiais de existência social, na qual a enorme maioria dos seres humanos se via subordinada à relação assalariada (único meio de garantir sua sobrevivência), mostrava então - início do século XX - a incapacidade de se conciliar os interesses capitalistas, à época em guerra pela divisão da acumulação mundial do capital, e a insuficiência do progresso capitalista em contemplar com seus benefícios materiais a ampla massa de trabalhadores do mundo.

Na Rússia, um país ainda em fase incipiente de desenvolvimento capitalista, sob o comando político do czarismo e inserido de forma subordinada nos interesses capitalistas dos países da Europa Ocidental, tais contradições, que cobravam um alto preço da classe produtora (camponeses e operários), favoreceram a constituição de uma revolta generalizada contra

o atraso pré-capitalista e o despotismo político da velha monarquia imperial russa.

A revolução que resultou na derrubada do Estado czarista, e na instauração do poder político com base no proletariado, teve de enfrentar o desafio de, na ausência da esperada revolução mundial, sustentar a consolidação da primeira experiência revolucionária com finalidades socialistas, no século XX, de forma isolada; além de contar com condições internas marcadas pela imaturidade das relações capitalistas, as quais determinavam, nas relações externas, a inserção subordinada da Rússia, sob a predominância dos países capitalistas avançados, no cenário mundial.

Ainda hoje, há quase 100 anos desses tempos revolucionários, não se chegou a uma avaliação crítica profunda o suficiente para se explicar as diversas fases pelas quais passou a Revolução Russa: da explosão genuína da revolta dos trabalhadores em 1917 à era da consolidação burocrática stalinista, e da eliminação de toda oposição ao projeto de “socialismo em um só país”, bem como ao fracasso da democratização política, com o retorno das relações capitalistas sob “controle” do Estado Soviético, anunciado pela Perestroika e pela Glasnost, nos anos 80.

O que se pode observar ainda hoje é a confusa relação entre o respeito e o reconhecimento do enorme valor histórico que a Revolução de 1917, inegavelmente, contém para a luta pela emancipação dos trabalhadores, na mesma senda anteriormente traçada pela Comuna de Paris, e a necessidade, na melhor tradição marxista, do exercício da crítica e da autocritica da história da luta de classes. A Revolução Russa ocupa, hoje, um lugar quase mitológico para os “revolucionários” no mundo, pois vemos quão incapazes foram de realizar um aprofundamento crítico do conjunto articulado de elementos objetivos e subjetivos que colaboraram para o fracasso da construção de uma alternativa socialista ao capitalismo, naquele começo do século XX.

O retorno desastroso, para os trabalhadores, ao capitalismo, e o destroçamento da “unidade” das repúblicas soviéticas

sob o comando da Rússia, que observamos a partir do final dos anos 80 do século XX, foram recebidos com enorme espanto por aqueles que sempre defenderam a União Soviética como representante do socialismo no mundo, que resistiram (e justificavam), diante das inúmeras e crescentes contradições, em ver que ali não se avançava para a emancipação dos trabalhadores, mas se aprofundava a “acumulação socialista” com a exploração política dos trabalhadores, sob o despotismo político do Estado soviético.

É comum se apontar como as razões que explicam a evolução regressiva das conquistas revolucionárias iniciais e o fracasso da revolução socialista (com o retorno do capitalismo): as traições de seus líderes, a burocratização do Estado soviético e o cerco dos países capitalistas avançados. Deixa-se de se considerar o peso determinante das condições sociais e econômicas existentes na Rússia e dos novos caminhos abertos, à época, para a expansão capitalista mundial, em níveis nem sequer imaginados no início do século XX, inviabilizando as condições objetivas e subjetivas para uma revolução proletária mundial.

Nada mais oportuno que no século XXI, com a aproximação dos 100 anos da Revolução Russa de Outubro de 1917 e a mudança qualitativa que a crise estrutural do capital tem provocado nos confrontos de classes, que nos voltemos ao exame crítico, sem autojustificadora, de uma perspectiva revolucionária ainda por se realizar, mas que não pode prescindir das lições possíveis de ser extraídas das revoluções dos trabalhadores no passado.

Com a crise estrutural coloca-se em um novo patamar o confronto entre projetos sociais alternativos, entre a minoria que insiste em manter a ordem do capital e sua reprodução alienada e destrutiva dos homens e da natureza, e a massa de trabalhadores que começa a perceber que o trabalho assalariado, como sustentação da reprodução social sob o domínio do capital, está inviabilizando, progressivamente, a possibilidade de sua existência social. A questão de uma alternativa revolucionária volta a se colocar na agenda histórica, desta feita como uma necessidade

histórica à tendencial incapacidade do capital de resolver suas próprias contradições, tornando-se uma trava às possibilidades do desenvolvimento das forças produtivas e ao atendimento das necessidades sociais, ameaçando, com uma tendência de destruição crescente, a fonte e a realização de sua própria riqueza: a natureza e os homens.

Movido por estas preocupações, o filósofo húngaro István Mészáros, desde sua experiência pessoal na revolta húngara de 1956, contra a opressão soviética, iniciou uma investigação crítico-teórica sobre a transição ao socialismo no século XX, enfrentando as diversas questões filosóficas, políticas, econômicas e sociais necessárias à compreensão dos problemas que a experiência soviética legou aos revolucionários do presente e do futuro. A afirmação vigente de que “todos os aspectos da alienação haviam sido irreversivelmente superados com sucesso”, tanto no Oriente como no Ocidente, depois do levante de 1956, na Hungria, com a “sangrenta repressão” do Exército Vermelho “(aplaudida, para sua vergonha indelével, pelos partidos comunistas do Ocidente)”, levou-o a reconhecer com clareza que “não apenas o proclamado fim da alienação no Leste era um conto de fadas, mas também que o sistema soviético existente absolutamente nada tinha em comum com o socialismo”.⁷

Afirmando a validade atual do projeto socialista original e a necessidade de esse ser “complementado pelas evidências das circunstâncias históricas alteradas”, ao mesmo tempo, Mészáros alertava, a partir do que havia vivido e visto naqueles eventos húngaros,

que só se poderia permanecer socialista apesar e não por causa da União Soviética, ao contrário da maneira como muita gente no Ocidente tentou preservar suas convicções esquerdistas por delegação, abstraindo as condições de seus próprios países e, ao mesmo tempo, ficcionalizando a realidade de seu proclamado modelo. (MÉSZÁROS, 2002, p. 44).

⁷ MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital – rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Editora Boitempo, 2002, p. 44. A partir de agora citado ao longo do texto como MÉSZÁROS, 2002, seguido da página.

Essa foi a motivação inicial para que, após anos de estudos e investigação histórico-teóricos, ele viesse concluir sua maior obra, o *Para Além do Capital – rumo a uma teoria da transição*, publicada originalmente em 1995, na Inglaterra. Nessa obra, Mészáros desenvolve o que já vinha anunciando, desde os anos 1970, como problemático no “socialismo” soviético: a permanência da alienação e a forma “inovadora” de reprodução do capital, com base na exploração material do trabalho por mediações políticas. Preocupações anteriormente explicitadas no *Marx e a Teoria da Alienação* (“escrito entre 1959-1969 e publicado em 1970”) e, em especial, na Parte IV- ensaios, no *Para Além do Capital*, escritos entre 1970 e 1990. Entre os ensaios mencionados podemos destacar “Poder Político e Dissidência nas Sociedades Pós-revolucionárias” e “Divisão de Trabalho e Estado Pós-capitalista”, nos quais aparece a crítica contundente às bases materiais, ideológicas e políticas alienadas, mantidas a qualquer preço sobre os trabalhadores para a sustentação do Estado soviético. (MÉSZÁROS, 2002, p. 45).

Esses foram os mais importantes estudos de Mészáros a colocar sob exame crítico radical, sem restrições ideológicas e partidárias, o conjunto das concepções de revolução, de construção do socialismo e do comunismo, que alimentou a experiência soviética, sem colocar em questão a necessidade e a possibilidade históricas do socialismo nos termos antes elaborados por Marx e Engels.⁸ Muitos, antes, realizaram críticas parciais,

⁸ Mészáros não demonstra temor, ao atender à necessidade da crítica histórica e política radicais ao projeto soviético de socialismo, de que possa colocar em risco o projeto socialista em si. Considera que “a importância do projeto socialista é infinitamente maior do que a da antiga União Soviética. Ele foi concebido como um meio de superar o poder do capital muito tempo antes da existência da União Soviética e permanecerá conosco, numa forma adequada às circunstâncias históricas alteradas, muito tempo depois que o pesadelo stalinista estiver completamente esquecido. O desafio de ir ‘para além do capital’ por meio do estabelecimento de uma legítima ordem socialista diz respeito a toda a humanidade”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 45).

outros não suportaram as “revelações” das desumanidades e alienações reproduzidas pelo “socialismo” soviético, abandonando a causa emancipatória do trabalho; outros foram impedidos pelo caráter repressivo e autoritário do Estado soviético de avançar na compreensão dos problemas identificados, por colocarem em xeque a veracidade da propaganda interna e externa do regime soviético, usada como alimento da esperança revolucionária dos trabalhadores em todo o mundo.

A posição crítica adotada por Mészáros desde o levante popular na Hungria vai conduzir o seu interesse em abordar de forma mais abrangente e profunda as contradições de toda natureza vividas pela experiência soviética, da concepção de construção do “socialismo em um só país”, alguns poucos anos depois da revolução de 1917, até seu período terminal no final dos anos 1980. Essa posição crítica possibilita-lhe inverter a ordem dos esquemas analíticos predominantes, em que os efeitos e as consequências ocupam a investigação crítica, sem que se revele a relação de causalidade, tanto objetiva (material e histórica, a produção e a distribuição da riqueza social), quanto no que se refere ao seu impacto subjetivo (a consciência de classe, o partido, o Estado, o genuíno controle operário) daqueles desenvolvimentos históricos.

Nosso propósito neste artigo é abordar o tema da burocracia e do Estado a partir da abordagem feita por Mészáros no *Para Além do Capital*, obra que sintetiza de maneira mais acabada sua crítica radical da Revolução de Outubro até o fim da sociedade soviética nos anos 1980, propondo-se a percorrer um caminho mais minucioso aos fundamentos e às raízes daquela experiência, na qual o Estado (e a burocracia do partido) assumiu papel tão proeminente e vital para a sustentação dos mais de 70 anos de “socialismo” soviético.

A simplificação com que o papel do Estado e da burocracia é tratado nas críticas mais conhecidas, como o fator determinante, no sentido causal, do fracasso do socialismo na

União Soviética, é rejeitada vigorosamente por Mészáros. Em uma entrevista de 2013 (Revista Novos Temas, n.º 8. Entrevista. São Paulo: Instituto Caio Prado, 2013), ao ser perguntado sobre o “engessamento dos partidos políticos” (comunistas) e sua relação com a burocratização, ele argumenta que a “burocratização em si não explica nada, por que precisamos dizer algo sobre a burocracia, por que burocratização? Qual a sua causa?”. Na pergunta seguinte, ao mencionarem a importância dada por Trotsky à questão da burocratização, Mészáros reivindica o lugar em que este debate deve estar, pois, para ele, a primeira questão é determinar o que era aquele sistema social, qual relação social gerou entre produção e distribuição, entre trabalho e propriedade dos meios de produção, se havia sido superada toda forma de propriedade exclusivista, se a revolução e seus desenvolvimentos futuros foram capazes de superar o capital, ou criaram-se novas formas de relação-capital, portanto, modificando a forma de exploração e o controle sobre o trabalho, sem a eliminação da divisão social e hierárquica do trabalho.

Assim é que, segundo nosso autor, se pode verificar, após décadas de “socialismo” soviético, que superar o capitalismo não significa superar o capital. Desafio não realizado pela experiência soviética, nem mesmo identificado como necessário por seus dirigentes ou analistas mais apaixonados. Os “partidos comunistas tradicionais”, segundo resposta formulada por Mészáros na mesma entrevista, “não falavam em superação do capital, falavam em abolição do capitalismo. Capital era um conceito que não entrava em suas cabeças.” Indica como exemplo o sistema soviético, no qual o capital “ficou dominando totalmente”, ao permanecer a “dominação estrutural do trabalho, isso é, o capital”. Por esta razão, qualifica o sistema soviético apenas como um sistema pós-capitalista, em outras palavras, um sistema em que foram abolidas as relações capitalistas, mas permaneceu o capital como a relação social predominante. (Revista Novos Temas, n.º 8. Entrevista. São Paulo: Instituto Caio Prado, 2013, p. 21-22).

No mesmo contexto, ao retomar o tema da burocratização do Estado (extensível aos partidos comunistas), segundo Mészáros, devemos compreender que tal discussão não pode passar ao largo do que foi o sistema soviético em si, pois a burocratização tornou-se

uma parte orgânica do sistema do capital. O capital não pode funcionar sem aparelho burocrático. Isso não quer dizer que, ao caracterizarmos nossos fracassos, encontraremos a palavra mágica ‘burocratização’, ‘burocracia’. O que significa esse termo? Assim, não significa nada, é necessário torná-lo tangível e bem definido. (Revista Novos Temas, n.º 8. Entrevista. São Paulo: Instituto Caio Prado, 2013, p. 36).

Não há, para nosso autor, como sectionar o tema da burocratização do funcionamento e das relações estabelecidas entre capital, Estado e trabalho, o tripé que constitui as sociedades capitalistas e pós-capitalistas. O caso soviético é um exemplo histórico de enorme valor a se examinar, pois o aprofundamento em busca dos fundamentos e uma melhor identificação das razões de seu fracasso trazem enormes consequências para a futura realização da revolução e da emancipação do trabalho.

Dada a natureza e os limites de um artigo, faremos a seguir uma exposição introdutória da genuína e sem dúvida desafiante contribuição de Mészáros sobre essas questões.

O sistema do capital e suas personificações necessárias

O modo de produção capitalista só pôde se consolidar efetivamente, como sistema hegemônico de reprodução social, depois de três séculos de desenvolvimento da produção de mercadorias, instaurando as condições políticas e econômicas necessárias para que o valor que se autovaloriza, a transformação da mais-valia em capital, pudesse se expandir desimpedindo-se dos constrangimentos da economia natural e autossuficiente do antigo regime. Teve de suplantar as formas prematuras do

capital comercial e usurário e alcançar sua enorme capacidade produtiva com a Revolução Industrial e a acumulação ampliada do capital— agora oriundo da produção, não mais nas formas anteriores obtidas na esfera da circulação de mercadorias. O valor de troca passa a dirigir a alocação dos meios de produção e da força de trabalho, subordinando a produção do valor de uso a seus objetivos de lucratividade.

Ainda que mercadorias, valor de troca e capital tenham existido, segundo Marx, muito antes do capitalismo, é apenas nele que estas relações assumem seu pleno desenvolvimento, mudando inclusive sua função na reprodução social. De atividades apenas marginais à reprodução da vida na Antiguidade e no Feudalismo, é no Capitalismo que o capital produtivo — produtor de valor— passa a interferir nas relações basilares do sociometabolismo entre o homem e a natureza. Ao submeter as próprias necessidades humanas e o valor de uso à lógica acumulativa do capital, ao separar os produtores dos seus meios de trabalho, ao alienar a propriedade de tradição feudal, passa a impor como condição de existência dos trabalhadores a venda de sua força de trabalho àqueles que, agora, possuem a condição de proprietários de capital e vivem da exploração do trabalho alheio.

Com a potência produtiva adquirida pelo trabalho industrial e o desenvolvimento alcançado das forças produtivas, esses novos proprietários dos meios de produção, os capitalistas, só podem se manter capitalistas enquanto forem capazes de preservar a relação-capital e a subordinação do trabalho assalariado, trabalho que põe capital, que produz capital. (MARX, K. O Capital – Livro 1 – volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 160-161). Capitalista, portanto, é definido como aquele que possui capital, condição de classe adquirida e mantida pela reprodução contínua e incessante do capital.

Capital, portanto, é uma relação social que transforma o trabalho objetivado, alienado, em capital, provocando uma inversão entre sujeito e objeto, pois é apenas trabalho acumulado

e não existe sem o trabalhador. Ao subordinar o trabalho a seus objetivos acumulativos da mais-valia produzida pelo trabalho produtivo, o capital usurpa do sujeito real da produção o poder de decisão e substitui as necessidades humanas por seus “próprios ditames e imperativos materiais cegos” de autovalorização. Para isso, tem de manter total controle sobre a reprodução social e exercer um comando absoluto sobre o trabalho, constituindo-se como um modo de completo controle sobre o intercâmbio sociometabólico do homem com a natureza. (MÉSZÁROS, 2002, p. 432).

Tanto o capitalista como o trabalhador assalariado encontram-se submetidos aos ditames da autovalorização do capital, cujo único objetivo é extrair da maneira mais eficiente possível o trabalho excedente. Desempenham diferentes funções econômicas no modo de controle do capital. Assim, citando Marx, MéSZÁROS ressalta que “o dono dos bens se torna um capitalista, *capital personificado*, e o trabalhador, *mera personificação do trabalho para o capital*” (MARX, *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 205).

O trabalho se transforma em um mero fator de produção, submetendo e alienando sua subjetividade, que só pode ser considerada em total antagonismo às necessidades do capital, pois submete o trabalho a uma dependência férrea à relação-capital e ao papel a ele imposto pela divisão social hierárquica do trabalho, como condição à reprodução de sua existência.

O capitalista é o pseudossujeito que toma as decisões necessárias ao modo de controle do capital, fazendo a “mediação (e a imposição) de seus imperativos objetivos, como ordens conscientemente exequíveis, sobre o potencialmente mais recalcitrante sujeito real do processo de produção” – o trabalho, o verdadeiro produtor de valor. (MÉSZÁROS, 2002, p. 126). Tem de submeter, como também o trabalhador assalariado, seus desejos e vontades aos imperativos acumulativos do capital, o qual está efetivamente no controle do sistema. Para MéSZÁROS, os capitalistas são

chamados a traduzir esses imperativos em diretrizes práticas. É por isso que as pessoas que ocupam os altos escalões da estrutura de comando do capital – (...) – só podem ser consideradas “personificações do capital”, independente do seu maior ou menor entusiasmo, como indivíduos particulares, ao pôr em execução os ditames do capital. Neste sentido, graças à estrita determinação de sua margem de ação pelo capital, os próprios atores humanos como “controladores” do sistema estão sendo de modo geral *controlados* e, portanto, em última análise, não se pode afirmar a existência de qualquer representante humano autodeterminante no controle do sistema. (MÉSZÁROS, 2002, p. 216).

A condição de capitalista não é definida, enquanto possuidor de propriedade, por uma relação jurídico-legal, mas sim pela função que desempenha na reprodução da relação-capital, enquanto modo de controle social que impõe a sujeição do trabalho vivo. O capital apenas se expressa na propriedade, mas não tem nela sua origem. O capital não é uma “entidade material” ou um “mecanismo neutro” que possa estar na posse de um ou de outro indivíduo aleatoriamente.

Da mesma forma, o seu modo de controle pode assumir as formas históricas mais variadas, mantidas as condições objetivas de sua reprodução ampliada – o trabalho vivo submetido à extração do trabalho excedente e à posse dos meios de produção por uma personificação do capital. O que não quer dizer necessariamente por um capitalista. Mézáros pôde desenvolver com mais profundidade estes princípios, já presentes em Marx, uma vez que o capital não está condicionado à forma capitalista do modo de controle sociometabólico. O capital não se reduz à forma capitalista e pode sobreviver a ele, reproduzindo-se em outras formações sociais. Novas personificações do capital podem ocupar a função do capitalista. Assim é que, para Mézáros, ao

remover os capitalistas da estrutura de tomada de decisões de um país – isoladamente ou em muitos deles – o *comando sobre o trabalho* não é, *ipso facto*, restituído ao trabalho. O proprietário capitalista dos meios de produção funciona como a *personificação do capital*; sem o capital o capitalista não é nada: uma relação cuja recíproca obviamente não

é verdadeira. Em outras palavras, seria absurdo sugerir que, sem os proprietários capitalistas privados dos meios de produção, o capital não é nada. Isto porque as personificações possíveis do capital não estão, de modo algum, confinadas à variedade capitalista privada; nem sequer na estrutura de um Sistema” (MÉSZÁROS, 2002, p. 718).

Os desenvolvimentos históricos do século XX, provocados pelas contradições do sistema do capital e suas crises ao nível mundial, trouxeram a atualidade e a necessidade da superação do modo capitalista de reprodução social, expressa na eclosão do processo revolucionário, em 1917, na Rússia. A construção do “socialismo” soviético, nos escombros do regime czarista e da economia semifeudal que ali predominava, enfrentou condições históricas mundiais bastante adversas a uma revolução mundial, condição vital e necessária, nos termos postos por Marx e Engels, à realização do socialismo verdadeiramente igualitário. MéSZáros se dedicou a analisar a experiência soviética e a identificar as medidas superadoras do capitalismo propostas pelos revolucionários de 1917 e seu Partido; se estas colocavam as bases sustentáveis para as transformações estruturais necessárias à efetiva libertação do trabalho e a sua retomada do poder de decisão sobre a vida social, usurpado pelos velhos poderes políticos e econômicos.

Quando MéSZáros escreve os primeiros textos que compõem o *Para Além do Capital*, já haviam se passado mais de 50 anos da Revolução de Outubro, portanto, da construção do “socialismo” na Rússia e nos demais países sob sua influência. Ele encontra elementos suficientemente consolidados pelo novo poder revolucionário para afirmar que surgiu ali uma “forma mutante de controle do capital”, que através dela se havia superado o capitalismo, mas não o capital. Pôde observar que surgiu “na Rússia pós-revolucionária, (...) uma nova forma de ‘personificação do capital’, que poderia operar um ritmo forçado de extração do trabalho excedente em nome da revolução e para o propósito declarado da necessária ‘acumulação socialista’”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 81).

Como vínhamos argumentando de acordo com Mészáros, a mera apropriação jurídico-legal da propriedade privada individual - a “expropriação dos expropriadores” -, sem que se eliminem as bases do sistema orgânico do capital, e as condições de sua reprodução e acumulação por meio da exploração do trabalho excedente favorecem a reconstituição do capital por meio de novas mediações, personificações do capital e personificações do trabalho. Mesmo com tais mediações diferentes das formas conhecidas no capitalismo, o capital, e tudo que esta relação social implica, mantém-se como a mediação primária dominante na produção e reprodução sociais da sociedade soviética.

Mészáros constata que o “socialismo” soviético

pode realizar por si é mudar o tipo de personificação do capital, mas não a necessidade de tal personificação. Como ficou demonstrado, não apenas pela significativa continuidade do pessoal de comando da economia e do Estado nas sociedades pós-revolucionárias, mas também pelos movimentos de restauração pós-soviética em toda a Europa oriental, frequentemente o pessoal pode permanecer o mesmo mudando, por assim dizer, apenas a carteira de filiação ao partido. (MÉSZÁROS, 2002, p. 599-600).

Nestas novas condições históricas, a despeito do desejo e da dedicação mais honesta dos revolucionários envolvidos na construção do “socialismo” soviético, impõe-se inexoravelmente a relação alienada de produção das condições materiais da existência social, que volta a subordinar os desejos subjetivos e as ações objetivas sob a ordem do capital, nas sociedades capitalistas e nas sociedades pós-capitalistas, como a forma mais eficiente de produção de riqueza, resistindo a toda tentativa revolucionária de controlá-lo.

Novamente recorrendo a Marx, nos Grundrisse, Mészáros retoma a ideia da completa contradição em que se baseia este sistema orgânico, ainda que eficiente, incontrolável:

assim como o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como *algo estranho*, ele se relaciona com a combinação do trabalho como uma *combinação estranha*, como também com o seu próprio trabalho como uma expressão da sua vida que, embora lhe pertença, é alheio a ele e dele é roubado. ...*Capital*, portanto, é a existência do trabalho social – a combinação do trabalho *como sujeito e também como objeto* –, mas *esta existência existe independentemente e oposta a seus momentos reais* – consequentemente, ela própria é uma existência particular isolada deles. Por sua parte, o capital aparece, então, como o *sujeito predominante* e dono do *trabalho alienado*, e sua relação é ela própria uma *contradição* tão completa como o é a do trabalho assalariado. (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 972).

Assim é que todas as medidas utilizadas na experiência soviética para colocar o capital sob domínio dos trabalhadores (ou do “governo dos trabalhadores”), sem eliminar a relação sobre a qual se sustenta e reproduz, mantendo-se a divisão hierárquica do trabalho, constituindo-se novas personificações do capital (não mais proprietários privados individuais, mas, enquanto membros substituíveis pelo partido, proprietários coletivos) e personificações do trabalho (não mais mercadorias “livres”, mas alocadas pelo planejamento centralizado), resulta em uma sociedade em que a exploração do trabalho se dá pela via da direta dominação política do Estado, que assegura o comando do capital sobre o trabalho, e não mais por vias econômicas, por meio da compra do trabalho assalariado enquanto mercadoria, como no capitalismo.

Havendo capital, a divisão hierárquica estrutural do trabalho, a separação entre produção e controle, a função de sua personificação, ainda que coletiva (pois exercida pelos membros do Partido), não deixa de reproduzir um “valor egoísta”,

com sua subjetividade usurpada e sua pseudopersonalidade – que persegue sua própria *autoexpansão*, com uma *vontade* própria (sem a qual não poderia ser “capital-para-si” como controlador do sociometabolismo); uma vontade, não no sentido do “capricho individual”, mas no de definir como sua finalidade internalizada a realização dos imperativos expansionistas do capital em si (...). (MÉSZÁROS, 2002, p. 720).

Segundo o que vimos argumentando neste artigo, a nova personificação pós-capitalista do sistema do capital soviético vai exercer sua função social, tendo por finalidade promover a expansão do capital e a “acumulação socialista”. Para isso, a subordinação do “trabalhador socialista” passa a ser exercida através do “comando inquestionável do burocrata de tipo soviético”. Da mesma forma que no capitalismo, ao dar origem ao capitalista, é o capital que dá origem à forma de personificação pós-capitalista mais adequada à extração política do trabalho excedente, necessária à “acumulação socialista”. A relação causal vai do capital à sua personificação, neste caso, o burocrata do Estado soviético (ou do Partido), que só realiza sua competência ao controlar o processo objetivo da reprodução em nome do próprio capital. Mészáros, com outras palavras, chama a atenção à importância desta relação causal a fim de compreendermos os elementos de continuidade do sistema do capital presentes na “forma mutante de controle do capital” (*Changing Form of the Rule of Capital*) sobre o “trabalho socialista”:

é importante sublinhar aqui que não é o burocrata que produz o perverso sistema do capital de tipo soviético, por mais que ele esteja implicado em sua desastrosa condução, mas, antes, a forma de capital pós-capitalista herdada e reconstituída faz emergir sua própria personificação na forma do burocrata como o equivalente pós-capitalista do antigo sistema do capital orientado-para-a-extração-econômica que deu origem ao capitalista privado. (MÉSZÁROS, 2001, p. 720).

Assim é que todas as formas conhecidas da relação-capital plenamente desenvolvida, inclusive a pós-capitalista de tipo soviético, são constituídas de quatro elementos que caracterizam o “sistema orgânico do capital”, sendo “compatíveis com todos os tipos de transformações parciais sem que isso altere sua substância”. São eles:

- 1) a *separação* e a *alienação* das *condições objetivas* do processo de trabalho do próprio trabalho;

2) a *imposição* de tais condições *objetivadas e alienadas* sobre os trabalhadores como um poder separado que exerce *comando sobre o trabalho*;

3) a *personificação do capital* como “*valor egoísta*” – com sua subjetividade usurpada e sua pseudopersonalidade;

4) a equivalente *personificação do trabalho* (isto é, a personificação dos trabalhadores como “trabalho” destinado a entrar numa relação de dependência ou contratual/econômica, ou politicamente regulada com o tipo historicamente prevalecente de capital). (MÉSZÁROS, 2002, p. 721).

Até aqui temos acentuado o que caracteriza todo o sistema orgânico do capital, com base na afirmação seminal de Mészáros de que o capital sobrevive à formação social capitalista, uma vez que ele se reconstitui em condições alteradas e recoloca em ação os elementos vitais à relação-capital, as personificações do capital e as personificações do trabalho como se verificou nas sociedades pós-revolucionárias de tipo soviético. Vimos como na sociedade soviética a personificação do capital exercia sua função no interior da economia centralmente planejada através da burocracia do Estado, personificação do capital que passa a exercer todas as funções de regulação e gestão da produção e reprodução sociais, e, em especial, do controle sobre a extração do trabalho excedente politicamente imposta à força de trabalho – a personificação do trabalhador “socialista”.

Com a regulação da reprodução social, em sua totalidade, sendo agora exercida por mediações políticas e prescindir do mercado capitalista – esfera das trocas com base na relação “livre” entre possuidores de mercadorias –, o Estado (e a burocracia) exige especial atenção na conjunção articulada entre o capital e o trabalho, partes elementares da reprodução sociometabólica.

Devemos nos voltar a seguir, de forma mais detida, à análise feita por Mészáros sobre como o “modo de tomada de decisão do capital – em todas as variedades conhecidas do sistema do capital – há forçosamente de ser alguma forma autoritária

de administrar (...) do *topo para a base*”, no nível mais geral e nas unidades de produção. Como este poder exercido sobre o trabalho, excluído dos processos de tomada de decisão sobre sua vida social, conjuga-se com o papel do Estado, enquanto a “estrutura de comando totalizante do capital”, e exerce, com a ajuda da burocracia, a função de controle sobre as forças centrífugas atuantes no sistema antagonicamente estruturado do capital, acentuando seu caráter autoritário nas sociedades pós-capitalistas. A necessária “relação de autossustentação recíproca” do sistema orgânico do capital entre Estado, capital e trabalho põe a questão de que só poderiam “ser eliminados simultaneamente, como resultado de uma transformação estrutural radical de todo o sociometabolismo”. O que no longo prazo implica a “‘transcendência/superação’ do próprio capital (e não apenas do capitalismo), do Estado em todas as suas formas (e não apenas do Estado capitalista) e da *divisão do trabalho* (e não apenas do trabalho assalariado)”. (MÉSZÁROS, 2002, p.929/27/576-577)

A investigação sobre a função social do Estado e como oferece seu auxílio às formas de controle do capital sobre o verdadeiro produtor – o trabalho – assume enorme importância, ainda mais quando constatamos que a trajetória da revolução russa se viu cada vez mais confinada à esfera política, necessitando de um fortalecimento vital do Estado para sua sustentação, ao invés de seu fenecimento, conforme indicado por Marx. Esse fato adiciona um problema ainda maior à análise crítica da experiência soviética e das suas “realizações” no sentido do socialismo por meio de um Estado autoritário, que se fez onipresente em todas as esferas da vida social.

Função social do Estado e o papel da burocracia

Mészáros, em consonância com a análise das determinações ontológicas que constituem uma dada reprodução da relação capital-trabalho, dá especial atenção à esfera política – o

Estado. O Estado do sistema do capital (capitalista ou pós-capitalista) é extremamente necessário para fornecer as garantias políticas ao pleno funcionamento da extração do trabalho excedente, cumprindo um importante papel coesivo diante das contradições sociais resultantes da separação entre produção e controle sobre a reprodução da vida social. Torna-se, por meio da política, “um complemento necessário à iniquidade das relações materiais de poder estabelecidas”, sustentando o “domínio da parcialidade” de uma classe “sobre a sociedade como um todo”.(MÉSZÁROS, 2002, p. 568).

O Estado, enquanto comando político do capital, esfera separada das demais funções de comando direto sobre o trabalho exercidas nas unidades produtivas individuais, tem por objetivo proteger permanentemente a produtividade do sistema, retificando de todas as maneiras necessárias a falta de unidade que caracteriza os defeitos estruturais do sistema do capital, provocados, fundamentalmente, pela separação antagônica entre a produção e o controle direto pelos verdadeiros produtores. Por serem os verdadeiros produtores, todavia alienados do controle sobre as condições objetivas que determinam suas vidas, desafiam permanentemente toda forma de subordinação, seja de natureza política, seja de ordem econômico-material; armam-se de uma obstinada resistência como defesa contra a impositiva subordinação estrutural do trabalho ao capital.(MÉSZÁROS, 2002, p. 95-105).

A divisão social hierárquica do trabalho cumpre um papel indispensável na garantia do controle das forças que possuem o poder de decisão sobre a produção e a distribuição, seja pela mediação política (sociedades pós-capitalistas), seja pela econômica (sociedade capitalista). Nas sociedades pós-capitalistas, no decurso do processo de transição após a Revolução de Outubro de 1917, o poder dos soviets foi substituído (e aqui não cabe resgatar as razões ou justificativas históricas) pelo acentuado poder centralizado no Partido, e deste pelo poder político exacerbado do Estado soviético.

Os desenvolvimentos históricos possíveis àquela altura da revolução russa não permitiram que se avançasse o suficiente na restituição do poder de decisão sobre a vida social aos reais produtores, assegurando, em novos moldes, a preservação da divisão hierárquica do trabalho, “com sua estrutura de comando autoritária” e a instituição de maiores poderes políticos ao Estado revolucionário. Este passa a desempenhar o papel de proprietário coletivo dos meios materiais de reprodução social, bem como de portador de todas as mediações políticas para que a “acumulação socialista” pudesse seguir sem obstáculos externos – como também internos – provocados por sua própria classe trabalhadora. Com a destituição do mercado como espaço de realização das trocas, conforme a antiga ordem capitalista, e a ausência de formas autodeterminadas do trabalho associado nas funções sociometabólicas vitais, a estrutura de comando autoritária, que parecia reservada apenas às fases iniciais da transição socialista, tornou-se condição de possibilidade para a sobrevivência do Estado soviético. (MÉSZÁROS, 2002, p. 865-866).

Somente a remoção das classes possuidoras do velho regime, permanecendo as determinações materiais do metabolismo social do sistema pós-capitalista do capital e preservando-se, essencialmente, a estrutura de produção e de divisão hierárquica do trabalho, não é suficiente para alterar o modo de funcionamento do sistema pós-revolucionário. Novas personificações irão ocupar o “vazio” deixado pela classe dominante do passado. Tal “vazio”, de acordo com a análise de Mészáros,

criado pela destituição da classe dominante e de suas instituições deve, mais cedo ou mais tarde, ser preenchido pelo que se costuma chamar (superficialmente) de “burocratização”, para reconstituir o funcionamento “normal” (isto é, herdado do metabolismo social não-reestruturado), de acordo com a divisão social do trabalho prevalente. Esta última, seguindo a “linha de menor resistência” logo após uma crise importante, continua a suprir as exigências elementares (assim respondendo com êxito aos imperativos estruturais objetivos) deste metabolismo. (MÉSZÁROS, 2002, p. 1040).

A compreensão dos desafios da transição volta-se apenas à sua esfera política, não se considerando que as novas formas de reestruturação política desenvolvem-se orientadas pelas necessidades das formas cambiantes de controle da relação capital-trabalho, que caracterizam as sociedades pós-revolucionárias e sua “acumulação socialista”. O Estado, o controle político, como o lócus superdimensionado da defesa da revolução, tendo de controlar a reprodução social sob uma base material herdada, na qual a propriedade exclusivista pôde apenas mudar de mãos, teria de atuar com eficiência, ainda que mediante a negação progressiva do caráter originário da revolução socialista – a autoadministração do corpo social pelos trabalhadores livremente associados.

Na impossibilidade de se concretizar o princípio orientador de uma transição socialista - o fenecimento do Estado -, apontado por Marx como condição para a progressiva restituição do poder de decisão sobre o metabolismo social para os livres produtores associados, dadas as condições particulares da revolução na Rússia czarista, ao contrário, cobrou um papel ainda mais vital a ser ocupado pelo Estado revolucionário, burocratizado e centralizador. Isso não se deve, como alerta Mészáros, apenas ao fato de a maior presença centralizadora do Estado sinalizar a “continuação da divisão do trabalho, mas também o apogeu hierárquico do seu sistema de tomada de decisão”.

O domínio a ser exercido

sobre todo o processo de transformação em andamento”, ao invés de “destruir a divisão social estabelecida do trabalho, da qual o próprio Estado pós-revolucionário – em virtude de seu papel estratégico – constitui a dimensão mais privilegiada. Aqui, uma vez mais, podemos observar que a controvertida questão dos “privilégios burocráticos” não é simplesmente uma questão do pessoal envolvido, mas, acima de tudo, da conservação pelo Estado de funções objetivamente “privilegiadas” – isto é, estrategicamente vitais – no sociometabolismo geral. O exercício destas funções estrategicamente privilegiadas por um órgão separado, por sua vez, tende a encontrar seu equivalente subjetivo no escalão dos “funcionários do Estado burocratizado”, na ausência de uma forma alternativa de controle social baseada em um envolvimento de massa sempre crescente e verdadeiramente ativo. (MÉSZÁROS, 2002, p. 1060-1061).

O “controle burocrático centralizado” terá de impor de cima para baixo o cumprimento dos imperativos acumulativos da extração de trabalho excedente, agora realizada por um tipo de controle sobre o trabalho que é dissimulado politicamente na figura do planejamento e da alocação de recursos centralizados operados pelo Estado em nome dos trabalhadores. É inescapável, segundo nosso autor, que

enquanto, por um lado, a sociedade pós-capitalista reviver a divisão estrutural do trabalho e sua relação de troca orientada para produtos (mesmo que não mercantilizada), ela apenas poderá dar origem a uma economia dirigida e controlada burocraticamente, e este tipo de controle, por outro lado, apenas reforça a divisão estrutural hierárquica do trabalho e a forma correspondente de distribuição. (MÉSZÁROS, 2002, p. 885).

Para os trabalhadores, alijados do processo decisório sobre as questões vitais do sociometabolismo, restou obedecer e cumprir as metas produtivas centralmente determinadas. Sob o uso de fortes meios de coerção para contornar a resistência renitente do trabalho, o desenvolvimento da produção e distribuição de tipo soviético teve de enfrentar um enorme conjunto de problemas reprodutivos, os quais de alguma forma colocaram barreiras inibidoras à produtividade crescente que tal sistema soviético do capital necessitava para existir.

No interior desse sistema se repôs uma forma de “alienação ‘socialista’”, em que a sociedade passa a ser “administrada pelo novo tipo de ‘personificações do capital’, os burocratas do partido do sistema pós-capitalista do capital, cuja função primordial é impor ao novo tipo de ‘personificações do trabalho’ (os ‘trabalhadores socialistas’)”, mediante a extração política do trabalho excedente, os “imperativos de um sistema reificado e fatalmente alienador de reprodução sociometabólica.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 866/206).

O efeito produzido sobre o trabalhador por esta forma de imposição administrativa autoritária e hierárquica no local de trabalho, somado ao fato de que ele “permanece dominado pela alienação tanto no sentido de ser regido por um poder estranho de tomada de

decisões como pelo fato de que os frutos do trabalho excedente são dele alienados” (MÉSZÁROS, 2002, p.747), leva-o a provocar entraves na capacidade produtiva *a priori* planejada, gerando a

“*anarquia do lugar de trabalho*”, que aparece na forma de trabalho adicional além das horas normais, no desperdício de material e de tempo, na baixa motivação para aprender habilidades novas e mais desenvolvidas e no exercício negligente da habilidade produtiva até mesmo em seu mais baixo nível, etc. Por outro lado, como corolário e remédio ilusório, aparece a intensificação contraproducente do controle burocrático centralizado do qual o sistema stalinista representa um exemplo histórico particularmente agudo e trágico. (MÉSZÁROS, 2002, p. 866).

Mészáros chama a atenção para os impactos negativos que a substituição de algumas instituições vitais ao funcionamento do capitalismo provoca em uma sociedade pós-capitalista. Afirma que “a remoção dos *limites disciplinares internos* do capitalismo – que definem sua própria *racionalidade justificadora* em termos de bom *desempenho no mercado* – não pode ser enfrentada por meio do controle político autoritário, nem na sociedade como um todo, nem em suas unidades produtivas particulares”. Dessa forma, “a intensificação (...) do controle burocrático centralizado” acabou por tornar-se “contraproducente”, acentuando, no longo prazo, “as dificuldades e os fracassos” como a “consequência necessária da relação estrutural *conflitante* entre produção e controle, produtores ‘indisciplinados’ e administração ‘socialista’”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 865-866).

A solução para tais contradições levou ao progressivo fortalecimento do Estado pós-revolucionário, “que não ocorre simplesmente em relação ao mundo exterior (...), mas sobre e contra a força de trabalho”, garantindo, dessa forma, a realização da “máxima extração politicamente regulada do trabalho excedente”. Assim é que, segundo nosso autor, “esse fortalecimento se transforma numa perversa necessidade estrutural, e não em uma ‘degeneração burocrática’ facilmente corrigível a ser retificada no plano político graças a uma nova ‘revolução’ política.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 601).

Considerações Finais

Com base na clara posição crítica de Mészáros a respeito da burocracia e do Estado soviéticos, os quais colaboraram de forma indelével para os desenvolvimentos históricos que levaram às crises da União Soviética⁹, e a seu fim em 1991, deve-se evitar o perigo de se atribuir uma identidade entre trabalhadores “socialistas” e Estado soviético, e a possibilidade de realização da igualdade real exigida pelos livres produtores associados, no contexto do “socialismo num só país”.

De outro modo, é comum mesmo para aqueles que admitem os erros históricos cometidos, em algum grau e profundidade, contra os trabalhadores do “socialismo” soviético, que esses não foram tão danosos assim, pois se impunha o sacrifício necessário para se sustentar a primeira revolução socialista do século XX, em benefício dos próprios trabalhadores. Adicione-se a isso a justificativa da necessidade extrema de defender-se do cerco do capitalismo internacional. Todas essas alusões são usadas comumente como atenuantes da tragédia em que resultou o “socialismo” soviético, com o retorno final, após décadas, ao capitalismo. Retorno esse, desde Stalin, que contou com a ajuda inestimável dos representantes da burocracia (personificações do capital na sociedade pós-capitalista) do Estado soviético, ao se reintroduzir o critério de eficiência econômica, a rentabilidade capitalista e as relações mercantis por meio das “reformas

⁹ Referindo-se ao papel dos dirigentes soviéticos que se propuseram a “reestruturar” o sistema stalinista (de Krushev a Gorbachev) e sua responsabilidade nestes desenvolvimentos históricos, Mészáros (2002, p. 43) afirma que estes “não poderiam pretender que a estrutura estabelecida fosse reestruturada a menos que preservassem sua característica global de estrutura hierárquica, já que eles mesmos ocupavam, como se por direito de nascença, os mais altos escalões. E, por meio de seu empreendimento, em si contraditório, de “reestruturar” *sem mudar a própria estrutura* como encarnação da divisão hierárquica do trabalho social (exatamente como a social-democracia desejava *reformular o capitalismo sem alterar sua essência capitalista*), eles condenaram o sistema soviético a tropeçar de uma crise a outra”.

mercadizantes” do “socialismo de mercado” e da “restauração do capitalismo sob o controle de um estado forte”. Mas não sem antes eliminar toda a oposição¹⁰ e se utilizar das “vantagens” do “socialismo de mercado” como justificativa para as “piores décadas de repressão stalinista”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 960-963).

Mészáros é muito contundente na avaliação da postura daqueles que defendem acriticamente esta valiosa, mas fracassada, experiência histórica. Afirma que não

é possível levar a sério, mesmo momentaneamente, a sugestão autojustificadora de que o poder político do Estado pós-revolucionário é mantido – de fato, intensificado – em função de uma determinação puramente *internacional*, em que a repressão política é aplicada como uma consequência necessária do “cerco” e como a única forma possível para a defesa das realizações da revolução contra a agressão e o seu complemento: a subversão interna. Como a história recente testemunha de forma eloquente, “o inimigo interno e externo” como explicação da natureza do poder político nas sociedades pós-revolucionárias é uma doutrina perigosa que substitui a parte pelo todo, transformando uma determinação parcial em grosseira justificativa *a priori* do injustificável – a violação institucionalizada dos direitos e valores socialistas mais elementares. (MÉSZÁROS, 2002, p. 1013).

Como também, não segue aqueles que fazem a crítica ao sistema soviético priorizando a questão da “burocratização”, da “degeneração”, do “substitucionismo”¹¹ como elementos causais

¹⁰ A reconstituição do capital sob uma forma modificada de controle na sociedade soviética pós-revolucionária explica como “apesar de seu radicalismo verbal, o sistema stalinista refletia em detalhes, à sua própria maneira, a estrutura de comando do capital, liquidando, junto com incontáveis militantes que tentavam permanecer fiéis à busca originalmente pretendida de emancipação, até a memória dos legítimos objetivos socialistas”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 43).

¹¹ Ao evitarem ir às verdadeiras causas do fracasso do sistema soviético, tais críticos transformam essas caracterizações pessoais, ou do Partido, como o alvo principal da crítica necessária, e, portanto, supõem que a substituição dos burocratas do Partido por “revolucionários dedicados” poderia não só corrigir o problema, mas evitar que ele se repetisse. (MÉSZÁROS, 2002, p. 1023-1024).

do fracasso do “socialismo” soviético. Contentar-se com esta abordagem dos problemas enfrentados significa acreditar “numa solução ilusória, explícita ou implícita; ou seja, que a simples derrubada dessa forma política e a substituição de burocratas do partido por revolucionários dedicados reverterão o processo, esquecendo que os acusados de burocratas do partido foram também, no seu tempo, dedicados revolucionários”. Servem-se, muitas vezes, de argumentos explicativos que esbordam para a “psicologia individual”, o que pode apenas, segundo Mészáros, nos dizer por que alguns indivíduos se prestaram a esse papel com mais aptidão do que os demais, mas não revela as “estruturas objetivas” e os “ditames materiais” que se impuseram sobre estas dadas formas políticas de dominação e favoreceram, no tempo, seu desenvolvimento¹². (MÉSZÁROS, 2002, p. 1024).

Tal preocupação, de nosso autor, reaparece quando nem mesmo

o abrangente termo mágico ‘burocratismo’ –que cobre quase tudo, inclusive a avaliação de sistemas sociais qualitativamente diferentes, abordados de pontos de vista opostos, de Max Weber a alguns seguidores de Trotsky – oferece uma explicação significativa sobre a natureza do poder político nas sociedades pós-revolucionárias, já que aponta apenas para algumas aparências óbvias, enquanto deixa de lado as suas causas¹³. (MÉSZÁROS, 2002, p. 1013).

¹² Em outro lugar, Mészáros (2002, p. 1040) acrescenta que “a hierarquia e a dominação são imperativos materiais e estruturais evidentes de determinadas formas da divisão do trabalho, a partir das quais também se articulam de maneira semelhante no plano político”.

¹³ Mészáros faz referências críticas também a Lukács, que, mesmo tendo se preocupado em diversos momentos com a questão da burocratização e da ossificação do Partido, jamais investigou “as profundas razões objetivas, que explicam como se tornou possível terminar com a reversão completa das expectativas socialistas originais”. Lukács “se limitou a condenar a “burocratização” e os métodos stalinistas de “rude manipulação” (nenhum dos quais pode ser considerado uma explicação causal séria), (...) [o que] não altera o fato de que a perversão reconhecida dos ideais socialistas foi um golpe terrível na perspectiva positiva lukácsiana”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 495).

O mais importante é compreender como foi possível “a transformação da forma política transitória em uma ditadura exercida também contra o proletariado (apesar da intenção democrática original)”. E não se perder em ilusões desnorteadoras restringindo a atuação das personificações do capital nas sociedades pós-capitalistas e o desempenho do Estado autoritário e burocrático soviético a meras condenações individuais (a despeito de suas escolhas pessoais e da responsabilidade sobre os efeitos histórico-sociais, muitas vezes trágicos, de seus atos), as quais confinam as alternativas viáveis à esfera política, como se a “substituição de um ‘burocrata’ por um ‘líder político iluminado’” resolvesse os problemas identificados.

Mészáros alerta para o fato de que,

se os críticos do sistema soviético reclamam apenas da “burocratização”, eles erram o alvo por uma distância astronômica, pois até mesmo a substituição completa do “pessoal burocrático” deixaria de pé o edifício do sistema do capital pós-capitalista, exatamente como a invenção do “capitalista solícito”, se fosse viável de alguma forma milagrosa, não iria alterar minimamente o caráter absolutamente desumanizante do sistema do capital “capitalista avançado”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 565/98).

O mais relevante nestas questões é perceber que a própria política, enquanto dominação de uma particularidade que se coloca como expressão de uma universalidade usurpada, propondo-se a realizar o interesse de todos (como o Estado soviético em nome dos trabalhadores “socialistas”), em acordo com a concepção de política de Marx, “*usurpa* o poder social de decisão que ela *substitui*”. A política socialista (no período da transição), nesse sentido, deve “restituir”, mesmo nos menores passos, “os poderes usurpados” ao corpo social, pois do contrário “necessariamente *reproduz*, de uma nova forma, o ‘substitucionismo burocrático’ herdado”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 568/571).

A política socialista, em situações futuras, tendo em vista as lições históricas extraídas das tentativas de construção do

socialismo, torna ainda mais premente que se siga “o caminho aberto por Marx – *do substitucionismo à restituição* – ou deixa de ser política socialista e, ao invés de ‘abolir a si própria’ no processo, transforma-se em autoperpetuação autoritária.” (MÉSZÁROS, 2002, p.571)

Reafirmando a necessidade da revolução proletária como alternativa à ordem hegemônica do capital, Mézáros conclama pela urgência de se elaborar uma teoria da transição que possa compreender as determinações histórico-concretas e subjetivas que levaram aos fracassos enfrentados pela construção do socialismo desde o início do século XX. Afirma que sem

um exame rigoroso das décadas intermediárias do desenvolvimento – orientado para o referencial teórico estratégico da alternativa socialista tanto quanto para suas exigências organizacionais radicalmente alteradas – o projeto socialista não pode renovar-se. Este é o problema que todos os socialistas devem enfrentar no futuro previsível. (MÉSZÁROS, 2002, p. 43-44).

Mézáros procura atender a essa necessidade sem concessão a apologias icônicas da Revolução de Outubro, sem blindar o debate necessário por temor da crítica burguesa e reacionária, e sem fugir à crítica radical que esse passado exige dos revolucionários de todo o mundo.

Estado e transição ao comunismo

Sergio Lessa

(Publicado como Texto de Combate,
pelo Coletivo Veredas, 2001)

Partimos, neste ensaio, de três pressupostos. Não vamos discuti-los: cumprem aqui o papel de pressupostos. Já os discutimos em várias outras oportunidades. São eles:

1) todas as revoluções até os nossos dias não foram capazes de realizar a superação da ordem do capital — e, nesse sentido, foram derrotadas, as indicações deixadas pelas revoluções passadas são importantes, mesmo imprescindíveis. Contudo, como são movimentos revolucionários que não conseguiram romper com o capital, as indicações têm também seus limites;

2) superar a sociedade de classes é um processo muito mais extenso e profundo do que passar de uma sociedade de classes a outra e que, por isso, seria mais fácil a um servo medieval descrever nosso mundo do que a um proletário de hoje descrever a sociedade comunista;

3) em sendo a transição um período necessariamente marcado pela passagem de um modo de produção a outro, as relações sociais tenderão a estar em constante metamorfose. Se a transição se inicia, digamos, na segunda-feira após o domingo em que se tomou o poder, o seu final é impossível de ser pré-determinado no tempo. Seu final apenas poderá ser anunciado como aquele momento em que o trabalho associado fundou o modo de produção comunista. O quanto isto é genérico, imprescindível, não é preciso que se enfatize.

Estes três pressupostos, por si só, já indicam o quanto este é um dos temas mais incertos a serem discutidos nos dias em que vivemos. As dificuldades não diminuem em um texto que se propõe curto e introdutório, como este. Ainda assim, as ne-

cessidades da luta política em curso requerem algumas reflexões acerca deste tema, mesmo que provisórias.

Uma confusão infernal!

Lenin, com *O Estado e a Revolução*, escreveu talvez o texto mais influente entre os revolucionários quando a questão é a relação do Estado e a transição ao socialismo. Escrito no início do segundo semestre de 1917, expõe como concebia as tarefas da revolução para com o Estado em plena efervescência revolucionária.

Por um lado, contra as correntes reformistas e recorrendo a Marx, Lenin insistia na importância de substituir na esfera produtiva o comando do capital pelo controle dos trabalhadores, um controle que ele argumentava possível porque a administração das pessoas seria substituída pela administração das coisas. Na esfera política, argumentava Lenin, o imprescindível seria implantar a Comuna, isto é, a elevação em poder político dos trabalhadores organizados em seus locais de trabalho e moradia. Parte importante desta implantação seria a destruição do Exército burguês e sua substituição pela população em armas; bem como a destruição do parlamento burguês e sua substituição por um órgão político em que os representantes receberiam o mesmo salário que os trabalhadores e em que os eleitos seriam removíveis a qualquer momento pelos seus eleitores – os *soviets*.

Isto, por um lado. Por outro lado, citando o último Engels, Lenin afirmava a necessidade da estatização dos meios de produção. É uma evidência indiscutível que a produção requer uma coordenação de todas as unidades produtivas ao redor de objetivos e finalidades determinadas pelo conjunto dos trabalhadores.

A questão que se coloca, contudo, em nossos dias, é outra. Esta coordenação será realizada por meio do Estado ou será realizada pelos trabalhadores? Melhor dizendo, será realizada pelo Estado ou pelo conjunto dos trabalhadores mediante uma forma de organização que eternizará a destruição do próprio Estado?

Há uma infinidade de questões para serem discutidas. Aqui, apenas podemos enumerar as mais importantes.

O que Lenin entendia por Estado quando fala da estatização das forças produtivas? O que ele concebia pelo Estado “em definhamento” é a Comuna de 1871, tal como fazia Marx, por exemplo, em *A guerra civil na França*? Ou está mais próximo do último Engels que, em *Do socialismo utópico ao científico*, enxergava nos trustes e monopólios surgidos com o capitalismo monopolista germes da economia planificada do socialismo? Pode uma organização da produção e do poder político como a Comuna ser caracterizada como um Estado ou um Estado “em definhamento?”

Estas são questões que não podemos, agora, analisar. O que queremos salientar é que, em pleno calor da Revolução de 1917, mesmo na pena de um revolucionário como Lenin, surgem ambiguidades em relação ao Estado e à transição. A destruição do Estado pela Comuna, como insistia Marx, vai se convertendo na criação de um Estado-Comuna ou uma Comuna-Estado que seria proprietário dos meios de produção e controlaria, por isso, a distribuição. Em poucos anos, entre os bolcheviques, ocorreria um afastamento ainda maior das considerações clássicas de Marx. A transição ao socialismo foi deixando de ser a transição de um modo de produção a outro, para se converter na transição de um Estado a outro. O que, em Marx, era essencialmente a transição da produção capitalista (fundada pelo trabalho proletário) à produção comunista (fundada pelo trabalho livre e associado), foi se convertendo em um processo exclusivamente político de transição do Estado burguês a um Estado proletário (quaisquer que sejam as muitas variações dessa formulação).

É neste contexto de crescente afastamento das posições de Marx que a tese de Lenin acerca da necessidade da estatização dos meios de produção, que poderia ser apenas um equívoco teórico, adquiriu um conteúdo ainda mais problemático como decorrência das estratégias dos bolcheviques no poder.

A prática dos bolcheviques, tão logo chegaram ao poder em 1917, foi a reconstrução do Estado a partir da velha burocracia civil e militar czarista. Deve ser lembrado que esta reconstrução se deu, por um lado, devido à impossibilidade de uma transição ao socialismo naquele país atrasado. Por outro lado, também devemos recordar que até 1920-1921, a recriação do Estado era apresentada como algo provisório, uma política que seria revertida quando a revolução eclodisse na Europa. Ou seja, após reconstruído, o Estado feneceria graças à revolução europeia. Como a revolução não ocorreu na Europa, o que ficou da obra bolchevique foi o Estado reconstruído, que evoluiu sem rupturas ao stalinismo.

No exame do que ocorreu na Rússia bolchevique, dois equívocos, nos parece, devem ser evitados. O equívoco politicista, de limitar o problema às concepções políticas dos bolcheviques, como se a trajetória da URSS pudesse ser essencialmente outra fossem diferentes as concepções bolcheviques; e o equívoco mecanicista, que converte necessidade em virtude: como a transição não era possível ao socialismo, então todas aquelas medidas adotadas pelos bolcheviques seriam as corretas.

O maior equívoco teórico bolchevique (não apenas de Lenin) foi o de apresentar como socialismo o que não era, nem podia ser, socialismo: a ordem econômica, social e política que nasceu da Revolução de 1917 e terminou isolada “em um só país”. Ao se falsificar a realidade, a ciência foi substituída pela propaganda, no pior sentido do termo. A dialética se converteu, das leis do movimento histórico da matéria, em pura retórica, isto é, “na arte e na maneira de sempre se cair de pé”, como escreveu Semprun em um texto que mantém sua importância, *Autobiografia de Federico Sanchez* (Ed. Paz e Terra, 1979).

Não há espaço, aqui, para esta discussão. O leitor interessado talvez se beneficie com o livro publicado pelo Coletivo Veredas, *A Grande Revolução Russa (1917-1921)* e certamente terá muito a ganhar com a leitura de *A crise do movimento comu-*

nista, de Fernando Claudin (publicado pela Expressão Popular). O que a nós interessa é que, desde então, a maioria do campo leninista e todo o campo stalinista passou a defender a reconstrução, quando não o fortalecimento do Estado, após a tomada do poder pelo proletariado. Ao mesmo tempo, passou a ridicularizar a posição oposta, acusando-a de propor a eliminação do Estado “por decreto”! Não demorou muito para que a defesa como socialistas da URSS, da China, de Cuba, do Vietnã, da Albânia, etc. levasse a uma nova rodada de propaganda: lá existiria o “socialismo real” em oposição à proposta de socialismo, que seria utópica, de Marx. Esta virada teórica em defesa do Estado (dito socialista) envolveu os pensadores das mais diversas correntes.

Para aumentar a confusão, a defesa da tese de que o Estado seria parte essencial do “poder proletário” que surge com a revolução é, também, a posição de grandes pensadores marxistas do século XX e que estão longe de serem tipicamente stalinistas, como Gramsci e Lukács. Além disso, o crescimento da social-democracia também contribuiu para se generalizar a concepção de que o socialismo se faria pela mediação do Estado. Foi se formando, deste modo, um amplo campo político-ideológico, internamente heterogêneo, mas que converge com as teses que podemos denominar de stalinistas sem que cometamos qualquer crime. Nos referimos a pensadores e lideranças políticas significativas como os já mencionados Lukács e Gramsci, e ainda Trotsky, Bukharin, Preobrajenski, Losurdo, Varga, Togliatti, Torrez, Enver Hodja, Mao-Tsé-Tung; entre nós, as posições clássicas do campo composto pelo PCB, o PC do B, o PSTU, o PCO, pelo PSOL, etc.

Apesar de suas não poucas diferenças, todos deste campo concordam que a revolução deve criar um novo Estado, e não o destruir. A criação pela revolução proletária de um Estado operário (ou o nome que se queira dar) é, para todo esse campo, imprescindível porque caberia ao Estado a propriedade dos meios de produção. A separação entre parasitas e produtores,

entre o controle (o trabalho intelectual) e a produção (o trabalho manual) se manteria; seriam os gestores do Estado que deveriam impor sobre os produtores a “racionalidade” da nova organização estatal da produção.

O Estado “operário” termina sendo, de fato, um Estado. Por isso, possui similaridades profundas com o Estado burguês: com ministérios que muitas vezes se convertem em Comissariados, mas não alteram suas funções sociais; com órgãos como o Exército, a polícia e o Direito e seus burocratas que se distinguem dos operários pelo lugar que ocupam (são parasitas) na estrutura produtiva etc. Cabe ainda, neste Estado operário, as polícias secretas, as masmorras, os “estímulos materiais à produção”, o mercado, o dinheiro, o patriarcalismo, o partido único e assim por diante.

Os stalinistas afirmam que, sendo proletário o Estado, os trabalhadores é que estariam no controle da produção por meio do Estado. Sabemos que isso não passou de uma ideologia para justificar a nova modalidade de exploração dos trabalhadores. Para os stalinistas e boa parte dos leninistas, a grande diferença entre o Estado burguês e o operário estaria em nome de qual classe se exerceria o poder político. Contudo, o poder político e o Estado continuariam sendo essencialmente os mesmos que na sociedade atual. Como o proletariado encarna os interesses históricos da maioria da população, argumentam, o poder político-estatal proletário seria muito mais democrático que o poder político-estatal burguês. Esta diferença de grau de democracia seria decorrente da alteração do conteúdo de classe do Estado, que antes da revolução seria burguês e, após, proletário. Contudo – e isto é o fundamental – esta alegada maior democracia não seria decorrente nem da destruição do Estado nem tampouco do controle da produção pelos trabalhadores e proletários, e sim da estatização dos meios de produção.

A confusão estava, então, formada! Como Marx e Engels, contra Bakunin, argumentaram que é necessário a organização

em poder político do proletariado após a tomada do poder para se derrotar as classes dominantes, deduzem os teóricos deste amplo campo composto por reformistas, socialdemocratas, liberais, muitos leninistas e os stalinistas, que teria que ser recriado o Estado tal como os bolcheviques fizeram entre 1917 e 1920 na Rússia. Por este malabarismo teórico, terminam sendo falsamente identificadas as posições atuais de muitos leninistas, reformistas e de todos os stalinistas com as posições clássica de Marx no debate travado com os anarquistas no século XIX!

Esta confusão, em larga medida proposital, sugere haver a mais retilínea e harmônica continuidade entre Marx e Stálin -- um absurdo que deveria despertar imediatamente as desconfianças de todos. Pois, enquanto Marx e Engels tratavam a transição do ponto de vista da passagem do trabalho abstrato proletário ao trabalho associado, portanto uma transição de um modo de produção a outro, muito dos revolucionários coincidiram com os reformistas e stalinistas na limitação da transição apenas de um Estado a outro, da ordem política burguesa a uma suposta ordem política proletária.

Caiu no esquecimento que o fundante da transição ao comunismo é o trabalho associado. Como será possível a Comuna sem que o controle da produção esteja nas mãos dos trabalhadores? Como será possível a Comuna sem que a revolução proletária altere de modo muito significativo as relações burguesas de produção já na fase preparatória da tomada do poder? Se as relações de produção burguesas não são destruídas em medida significativa durante a tomada do poder, se o capital continuar controlando o fundamental da produção e da distribuição, como será possível um poder proletário, uma organização como a Comuna?

Bem analisadas as coisas, esta linearidade entre Marx e Stalin é pura propaganda no sentido pejorativo deste termo. O fato de Marx denominar a Comuna de um poder político cujo conteúdo é a Ditadura do Proletariado não quer dizer, de modo

algum, que se trate do Estado bolchevique recriado a partir do Estado czarista. A defesa por Marx e Engels, contra Bakunin, de que o Estado não desapareceria automaticamente com a tomada do poder pelo proletariado e, por isso, era imprescindível a organização da Comuna, em nada se aproxima – é mesmo o oposto – à defesa do Estado “proletário” tal como hoje encontramos entre os reformistas, entre a maior parte dos leninistas e em todo o campo stalinista.

*

Há, ainda, alguns aspectos a ser ao menos assinalados. Já em 1919-20, na esteira tanto da Revolução Russa quanto da Revolução Alemã, tem início uma tendência crítica tanto à estratégia bolchevique de centralizar o poder no Estado e destruir os *Soviets* (Conselhos) quanto à estratégia da socialdemocracia alemã de subsumir os conselhos e uniões operárias ao Estado e ao seu Parlamento. Anton Pannekoek é o expoente mais conhecido dos Conselhistas. Desta crítica, dois aspectos a ser salientados. Primeiro: os conselhistas argumentam ser os Conselhos (*Soviets*) na experiência russa e alemã os reais órgãos do proletariado revolucionário, enquanto que a Comuna, tanto pela sua base social (pequeno burguesa no fundamental, com uma classe operária pouco desenvolvida) quanto pela ideologia nela predominante (blanquista, proudhonista etc.), não o seria. Que, portanto, ao investigarmos a transição ao comunismo, os Conselhos e não a Comuna deveriam ser o nosso referencial principal. Nosso parco conhecimento deste campo político, aliado ao fato de que aqui tentamos discutir tendo por base as teorizações de Marx e Engels, nos fazem manter a Comuna como nossa referência, mas não queremos deixar passar em branco o fato de que há teorizações importantes que postulam os Conselhos e não a Comuna como o referencial necessário.

O segundo aspecto: os conselhistas distinguem com clareza o “controle operário da produção” (que se daria por meio do Estado) da “autogestão proletária”, que seria o gerenciamento

completo da produção pelos operários. Por quase nada conhecermos desta literatura e desta vertente do movimento comunista, deixamos aqui assinalados estes aspectos também para apontar que, ao menos provisoriamente, continuaremos a empregar a expressar “controle operário” sobre a produção no sentido marxiano original. O qual, ao menos inicialmente, a nós parece coincidir com a defesa da Ditadura do Proletariado feita por Pannekoek: o poder político decorrente da produção e da distribuição sob o controle imediato e direto da totalidade dos trabalhadores e operários organizados nos conselhos, isto em um período em que ainda há o enfrentamento com a contrarrevolução.

O que é o Estado e a política para Marx e Engels?

As sociedades primitivas eram tão carentes, dependiam tanto da natureza para sua sobrevivência, que não conheceram nem o Estado nem a política. Estes surgem apenas quando, com a transição para a agricultura e a pecuária, a produção passou a exceder as necessidades dos que trabalham (o trabalho excedente) e enquanto ainda não era possível superar a carência (a produção não era suficiente para atender às necessidades de todos). Foi esta articulação entre trabalho excedente e carência que deu origem à exploração do ser humano pelo ser humano, é esta articulação o fundamento de todas as sociedades de classe.

O Estado e a política brotaram de uma mesma e única necessidade: a necessidade de as classes dominantes se apropriar da riqueza produzida pelos trabalhadores. Isto vale para todas as sociedades de classe, do modo de produção asiático ao capitalismo de nossos dias. Em todas elas apenas por meio da aplicação organizada, administrada, cotidiana da violência sobre os trabalhadores tem sido possível a acumulação da propriedade privada. A forma da aplicação desta violência se alterou ao longo do tempo, mas sua essência é a mesma: expropriar a riqueza que os trabalhadores produzem.

O atendimento desta necessidade de aplicação organizada da violência encontra, todavia, um primeiro obstáculo prático. Quando se trata de violência, números contam! E o número de trabalhadores é sempre muito maior que o total dos indivíduos das classes dominantes. Enquanto na Roma antiga havia 756 escravos para cada senhor de escravo, hoje há dezenas de milhares de operários para cada burguês. As revoltas dos trabalhadores (já pelo seu mero número) são uma ameaça constante às classes dominantes -- e é para enfrentar essa ameaça que elas organizam o Estado. Este nada mais é que um instrumento especial de repressão a serviço dos exploradores. Ele é composto pela burocracia, pelo Direito e pelas forças armadas (política, exército, prisões etc.).

O atendimento desta necessidade de violência contra os trabalhadores enfrenta, ainda, um segundo obstáculo prático: como os indivíduos que compõem as classes dominantes são proprietários privados, há uma permanente concorrência entre eles. Todos necessitam do Estado para manter seus privilégios. Contudo, cada proprietário privado prefere que todos os outros membros da sociedade colaborem para pagar o custo do Estado -- menos ele! Se fosse deixado à livre vontade de cada membro da classe dominante, o Estado nunca seria criado.

É por essa razão que o Estado tem de ser uma força política que está acima da sociedade, acima inclusive das classes dominantes. Quando Marx e Engels falam da independência relativa do Estado em relação às classes dominantes, se referem a que o Estado apenas pode organizar a aplicação da violência sobre os trabalhadores se for também capaz de impor aos indivíduos das classes dominantes os interesses coletivos destas mesmas classes. Só assim o Estado pode, por exemplo, criar uma lei que obrigue, sob pena de violências e punições, os membros da sociedade (classes dominantes inclusas) a pagarem os impostos que o financiam. O Estado é sempre e necessariamente um instrumento das classes dominantes para explorar os trabalhadores; este seu caráter de classe não elimina, contudo, o fato de que apenas pode

cumprir essa função se for uma organização separada e acima do conjunto da sociedade, uma organização que se diferencia do conjunto da sociedade por concentrar o poder político e pela legitimidade de seu sistemático recurso à violência.

O Estado é precisamente isto: um complexo social que apenas pode cumprir sua função se for distinto do conjunto da sociedade. Esta distinção não é sempre da mesma qualidade. Enquanto representante político das classes dominantes, pode ter contradições, contudo jamais antagonismos com elas. Enquanto opressor dos trabalhadores, apenas pode ter antagonismo, jamais simples contradições, para com eles. Mas em todo e qualquer caso, o Estado é um poder político que está acima e é distinto do todo social e que tem apenas uma serventia: reproduzir a sociedade de classes.

São também por estas razões (há outras) que Marx e Engels sempre defenderam que no comunismo não haverá nem Estado nem política. A sociedade comunista, se algum dia vier a ser, será uma forma de organização mais elevada, muito superior e infinitamente mais livre, do que o mais democrático Estado jamais sonhado pelo utopista mais radical!

É nesse contexto que Marx trata rigorosamente como sinônimos a democracia proletária, a Comuna e a Ditadura do Proletariado. O pré-requisito é o controle pelos trabalhadores da produção e distribuição. As posições de Marx são, por isso, opostas às dos nossos reformistas, stalinistas e boa parte dos leninistas dos nossos dias que apregoam o controle da produção pelo Estado, a estatização dos meios de produção.

Se Marx estiver correto, a transição ao comunismo não se fará pela mediação do Estado.

A transição ao comunismo

Marx foi muito sucinto ao tratar da transição ao comunismo.

Os seus argumentos são bem conhecidos: como a história não é teleológica, não há como conhecer as mediações concretas pelas quais será realizada a superação da exploração do ser humano pelo ser humano. O que se pode afirmar é a certeza, tirada da análise do presente, de que esta superação é uma necessidade e uma possibilidade atuais. Uma necessidade, porque o capital apenas pode oferecer misérias crescentes e, no limite, a destruição da humanidade. Uma possibilidade, porque o atual desenvolvimento das forças produtivas favorece o surgimento de um modo de produção que supere a exploração do ser humano pelo ser humano, que deixe no passado a propriedade privada.

Foi apenas com a experiência da Comuna de Paris, de 1871 que Marx passou a contar com um exemplo histórico para tentar tirar algumas lições, fazer algumas generalizações, quanto ao futuro. Por esta razão é que nos seus escritos a partir dos dias da Comuna há uma diferença no grau de concreção com que pode se referir ao Estado e à luta de classes imediatamente após a tomada do poder.

Já mencionamos que nos textos de Marx a transição do capitalismo ao comunismo é sempre tratada como uma transição de um modo de produção a outro. Assim, por exemplo, no *Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra civil na França em 1871*, Marx diz textualmente:

Eis o seu verdadeiro segredo: a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho.

Sem essa última condição, o regime comunal teria sido uma impossibilidade e uma impostura. A dominação política dos produtores é incompatível com a perpetuação de sua escravidão social. A Comuna devia servir de alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais se apoia a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe. Uma vez emancipado o trabalho, todo homem se converte em trabalhador, e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe.

Este “trabalho emancipado”, como Marx escreve neste mesmo texto, é o “trabalho livre e associado”. O trabalho proletário é a forma mais desenvolvida possível da exploração do ser humano pelo ser humano. O trabalho associado é o trabalho sob controle consciente da totalidade dos que trabalham. Se o trabalho proletário apenas pode produzir o capital e, por isso, requer o Estado; o trabalho associado apenas pode produzir valores-de-uso e, por esta razão, é incompatível com o Estado.

E é nesse contexto que Marx se refere à Ditadura do Proletariado.

O que ele enxergou na Comuna de Paris foi um processo que, na sua essência mais decisiva, no plano da produção, iniciou a reversão da separação entre produtores e parasitas e, no plano político, iniciou a devolução à sociedade do poder político antes concentrado no Estado.

Na produção, isto é, no complexo social que se articula ao redor do trabalho, a distinção entre os produtores da riqueza social e os apropriadores privados desta riqueza iniciou seu processo de extinção ao os trabalhadores se apropriarem das unidades produtivas. Na política, tal como ocorreu na Comuna, as decisões e a execução dessas decisões caberiam ao mesmo e único corpo político representativo de todos os revolucionários.

A Comuna nada mais é que a Ditadura do Proletariado, é a elevação em poder político do controle da produção pelos trabalhadores e operários. Este é o núcleo decisivo da argumentação de Marx: o início da transição ao comunismo é o germe de um novo modo de produção sob controle dos produtores e de uma nova forma de organização social na qual o poder brota do controle pelos trabalhadores das atividades produtivas. Diz Marx, em *A guerra civil na França*:

A simples existência da Comuna implicava, como algo evidente, um regime de autonomia local, porém já não como contrapeso a um poder estatal, que agora era supérfluo.

O pressuposto direto e imediato, absoluto, da Comuna, é que tanto o domínio político do capital sobre a sociedade (o Estado) quanto o domínio do capital sobre a produção (o controle das fábricas, da distribuição, das fazendas, do transporte etc.) forem profundamente abalados pelas lutas de classe que antecederam a tomada do poder porque, em larguíssima medida, passaram ao controle dos trabalhadores. Que a Comuna de Paris pôde realizar isto de modo apenas inicialíssimo, não altera os argumentos essenciais de Marx.

A diferença entre a tomada do poder por meio de eleições e por via revolucionária reside justamente nisto: a revolução altera o equilíbrio de poder entre as classes, torna possível o que antes era impossível. Sem que elimine completamente as classes, coloca o poder político e a produção sob o controle dos trabalhadores e proletários e é isto -- e apenas isto -- que possibilita aos revolucionários substituir no poder a burguesia. Sem que os trabalhadores e proletários tomem controle da produção e da distribuição, ou seja, enquanto a burguesia continuar tirando de seus explorados a mais-valia de que necessita, o proletariado não será capaz de tomar o poder. A Comuna é precisamente isto: o primeiro exemplo histórico no qual a burguesia perdeu o controle da produção e da política (ainda que um exemplo muito limitado, pois durou apenas 73 dias e ocorreu apenas em uma cidade, Paris).

De sábado à terça-feira

Continuemos com nosso exemplo: o proletariado tomou o poder no domingo. Se, no sábado imediatamente anterior, as fábricas e fazendas estiverem produzindo mais-valia, os comerciantes continuarem a dominar a circulação de mercadorias, se os transportes continuarem nas mãos do capital, se as escolas, hospitais, prisões, polícias, exército etc. estiveram sob controle do Estado, não houve nenhuma revolução proletária. Tivemos

uma eleição ou um golpe de Estado. Em ambos os casos, indivíduos proletários podem até ter ocupado elevadas posições no Estado -- mas o poder continua com as classes dominantes.

Se houver uma revolução, a tomada do poder político pelo proletariado será precedida pela tomada do poder nos locais de trabalho e moradia e pela destruição do Estado. Nas fábricas, nas fazendas, nos bairros, nos transportes, nas comunicações, nos serviços públicos etc. os trabalhadores tomarão o controle das atividades. O exército e a polícia irão sendo desmontados pelas lutas de classe; os serviços controlados pelo Estado, do mesmo modo, passarão a ser controlados pelos seus trabalhadores.

Isto significa que as relações de produções foram alteradas de modo importante, ainda que o capital não tenha sido destruído. O controle dos trabalhadores e operários dos locais de moradia e trabalho traz em si a possibilidade de uma nova organização da totalidade social que supere tanto a exploração do ser humano pelo ser humano quanto a da família monogâmica (o patriarcalismo), o Estado e a política.

Em outras palavras, a tomada do poder pelo proletariado em uma revolução (não em um golpe de Estado ou uma eleição) significa a destruição da velha ordem, a destruição do poder estatal, que não passa da elevação em política da força econômica da propriedade privada. Nisto consiste o poder político proletário: pode destruir o Estado. E esta destruição se faz, não “por decreto”, mas pelo intenso e complexo, desigual e contraditório processo de luta de classes que têm sido as revoluções até hoje. O elemento essencial dessa luta de classes, repetimos, é a tomada do poder na produção e nos locais de moradia pelos trabalhadores revolucionários, a dissolução do Exército e da polícia e a sua derrota militar pela população em armas. Contudo, isto ainda não é o equivalente à destruição do capital, como veremos.

Apenas com um sábado, no qual os trabalhadores tomaram o poder nos locais de trabalho e moradia e destruíram o Estado, pode haver um domingo em que se tome revolucionariamente o poder.

Se isto ocorrer, como seria a segunda-feira?

Trotsky narra que, no dia seguinte à Revolução de Outubro, se contasse com um único batalhão, a contrarrevolução teria retomado o poder: um porre geral e irrestrito deixou literalmente nas sarjetas a população trabalhadora de Petrogrado. Marx assim descreve os dias da Comuna em Paris:

Já não havia cadáveres no necrotério, nem assaltos noturnos, nem simples furtos. Pela primeira vez desde os dias de fevereiro de 1848, podia-se andar com segurança pelas ruas de Paris, e isso sem que existisse polícia de nenhuma espécie. “Já não se ouve falar — dizia um membro da Comuna — de assassinatos, roubos e agressões. Dir-se-ia que a polícia levou consigo para Versalhes todos os seus amigos conservadores”. As meretrizes haviam encontrado o rastro de seus protetores, furtivos homens de família, de religião e, sobretudo, de propriedade. Em seu lugar, voltavam a aparecer as autênticas mulheres de Paris, heroicas, nobres e abnegadas como as mulheres da antiguidade. Paris trabalhava e pensava, lutava e dava o seu sangue; radiante no entusiasmo de sua iniciativa histórica, dedicada a forjar uma sociedade nova, quase se esquecia dos canibais que tinha às suas portas.

Além de uma enorme felicidade e festa não menor, a sociedade encontrará na segunda-feira uma realidade essencialmente distinta do seu passado. Como será a segunda-feira?

Por mais generalizada que tenha sido a tomada do poder nos locais de trabalho e de moradia pelos trabalhadores, a totalidade da produção continuará sendo regida pelo capital. Pois não há uma identidade imediata entre o controle da produção e dos locais de moradia pelos trabalhadores e a destruição do capital. A expulsão da burguesia do poder sobre as fábricas e outras unidades produtoras e prestadoras de serviço é uma condição imprescindível para a superação do capital, mas não é suficiente. Pois o fundamento da regência do capital está na existência da carência e, não, no poder da burguesia sobre a produção. Este poder é apenas a expressão da carência, é fundado pela carência; tomado o poder da burguesia, se a carência não for rapidamente superada, a exploração do ser humano pelo ser humano voltará a se impor.

Na segunda-feira, a abundância não terá se universalizado e graves problemas de distribuição, herdados do capitalismo, dificultarão ainda mais sua universalização. Enquanto persistir a carência, sabemos, o produto do trabalho será necessariamente trocado pelo seu valor de troca e, correspondentemente, a produção será ordenada segundo os critérios do valor de troca, pelos critérios da mercadoria e do mercado. Em suma, na segunda-feira a produção continuará sendo, mesmo sob o controle dos trabalhadores, a produção de valores de troca, a produção do capital.

O que teremos na segunda-feira – em contraste com o sábado – é que a humanidade terá aberta a possibilidade de superar o capital através de um processo de completo reordenamento da produção pela conversão de todos os seres humanos em trabalhadores. A humanidade terá aberta a possibilidade de superar a propriedade privada. As novas possibilidades e necessidades trazidas pela revolução tornarão possível o que poucos dias antes era impensável: a passagem da humanidade de sua “pré-história” a sua “história”, no dizer de Marx.

Deste estado de coisa decorre, portanto, que prioritário será organizar a produção e distribuição dos bens. Tanto a produção e a distribuição terão que ser organizadas consciente e coletivamente por todos os trabalhadores a partir da produção já existente. Mas esta organização -- seja qual a forma que venha a assumir concretamente -- terá que se dar pelo fortalecimento do poder dos trabalhadores e operários nos locais de trabalho e de moradia. Terá que ser uma organização que dê conta da coordenação geral dos processos de produção e distribuição e que não se eleve, nem se distinga, do conjunto dos trabalhadores e operários. Em poucas palavras, não poderá ser um poder que se coloque acima dos trabalhadores; tem que ser um poder que seja os próprios trabalhadores organizados em corpo social. Isto é a Comuna. Terá que ser uma “revolução política com alma social”, como já dizia o jovem Marx nas *Glosas Críticas*.

Em segundo lugar, como em todas as revoluções até hoje, as classes dominantes derrotadas se lançarão em uma guerra para destruir o novo poder. Na maior parte das revoluções, a guerra civil que a acompanha é inaugurada pela reação armada das antigas classes dominantes afastadas do poder.

Até hoje -- e essa é uma marca da derrota de todos os intentos revolucionários (derrota no sentido de não abrirem a transição para além do capital) -- o ataque militar das classes dominantes foi enfrentado com a criação de um novo Estado. Tanto na Rússia, quanto na China, tanto na Argélia quanto no Vietnã, tanto em Cuba quanto na antiga Iugoslávia -- com seus processos revolucionários muito distintos -- o que houve de comum foi a criação de um novo Estado na mesma medida e proporção em que se derrotava militarmente a contrarrevolução.

Isto foi possível e necessário porque, em todas as revoluções do século XX, tratou-se da passagem de sociedades muito atrasadas, por vezes com traços predominantes de relações pré-capitalistas de produção, a sociedades plenamente integradas à ordem capitalista mundial. Foram transições de sociedades de classes atrasadas para outras mais modernas no sentido do capital. Era preciso, portanto, no processo de transição, constituir órgãos de um “pré-Estado” que depois, desenvolvidos, se convertessem nos Estados daquelas revoluções. Mas, lembremos, foram revoluções que não tinham condições históricas de superar a sociedade de classes. Portanto, revoluções que necessitaram do Estado para manter o poder, como ocorre em toda e qualquer sociedade de classe.

Em um processo revolucionário no qual a ofensiva proletária tomou o poder nos locais de trabalho e de moradia e, neste mesmo processo, destruiu o Estado, a nossa segunda-feira apresentará uma situação inteiramente diversa do ocorrido em todas as revoluções até hoje. Não se tratará de organizar um Estado para realizar a transição de uma sociedade de classes para outra sociedade também de classes. Tratar-se-á de organizar uma nova sociedade na qual o Estado não seja recriado -- pelo contrário, na qual sua destruição seja eternizada.

Aqui também haverá um enorme obstáculo: a reação armada da contrarrevolução.

Se esta reação for enfrentada pela criação de um exército tal como hoje conhecemos, com uma estratégia militar tal como a atual, a contrarrevolução já terá vencido antes do primeiro confronto. Pois este exército apenas pode existir como parte de um poder que exerce a violência acima e sobre os trabalhadores -- e este poder é, sem mais nem menos, o Estado. Se na segunda-feira do nosso exemplo, a estratégia militar a ser seguida, *a la* Trotsky, for o emprego de um exército regular-burguês, a revolução terá sido derrotada antes de chegarmos à terça-feira. Pois este exército regular apenas pode ser organizado através da reconstrução do novo Estado a partir das ruínas do Estado anterior.

Se as revoluções futuras de fato abrirem a transição para o comunismo, na nossa segunda-feira a recriação do exército e do Estado será confrontada com uma nova possibilidade: uma tática e estratégia de luta coordenada e descentralizada, tanto nas cidades quanto no campo. A ação descentralizada e coordenada possui um impacto bélico muito maior do que um exército burguês, como já mostram hoje mesmo os casos ainda muito limitados dessa forma de luta que são as guerrilhas.

Da Coreia e do Vietnã à Revolução Espanhola, das ocupações das fábricas na Itália após a Segunda Grande Guerra às greves operárias de 1936 e 1968 na França e de 1967 na Inglaterra, nos cinturões operários chilenos na época de Allende, na batalha de Mogadíscio (1993), etc. — em todos estes casos as táticas e a estratégia da ação coordenada e descentralizada se mostraram mais eficiente do que as forças militares tradicionais. As derrotas, quando ocorreram, foi devido à impossibilidade de a revolução se generalizar e, não, pelo aspecto estritamente militar. No Brasil tivemos uma modesta antecipação desta potência quando o PCC, através de milhares de ataques às forças policiais, em uns poucos dias reduziu à paralisia a cidade de São Paulo. Um centro urbano cujas unidades produtivas e locais de moradia estão sob

controle dos trabalhadores converte-se em um terreno mortal para o exército burguês.

Some-se a este maior impacto bélico, o fato de que o poder dos operários e trabalhadores nos locais de moradia e trabalho é um forte elemento na desagregação das forças militares contrarrevolucionárias. Nos períodos de avanço revolucionário, mesmo em revoluções que não puderam abrir o caminho ao socialismo, isto sempre ocorreu: a luta de classes penetrou nos exércitos e nas instituições repressivas e promoveu o desmantelamento dos mesmos. E isto contribuirá ainda mais para a vitória das novas táticas e da nova estratégia que deverá vir com a revolução proletária.

Portanto e resumindo: com a revolução proletária, na “segunda-feira” estaremos assistindo ao surgimento de novas táticas militares e novas estratégias que serão o prosseguimento, nas novas condições da luta de classes, do controle pelos trabalhadores e operários de seus lugares de trabalho e moradia, são o prosseguimento da destruição do Estado. Estas novas táticas e novas estratégias serão, também, a consolidação do poder dos proletários e trabalhadores sobre as unidades produtivas e os locais de moradia. Parafraseando um conhecido teórico da guerra, as novas táticas e a nova estratégia serão o prosseguimento no plano militar do novo poder político surgido com a revolução.

Isto não é uma utopia: todas as passagens a um novo modo de produção produziram novas táticas e novas estratégias militares. Com a revolução proletária, não deverá ser distinto.

Ainda Marx: a Ditadura do Proletariado

Segundo Marx, novamente: esta forma de organização social que brota da revolução proletária é a Comuna. E ela é a realização da Ditadura do Proletariado.

No passado e no presente, todos os Estados e todas as ideologias das classes dominantes tentaram por todos os meios, velar seu caráter de classe. Desde Aristóteles até Hegel, o Estado

é apresentado como a encarnação dos interesses universais dos seres humanos. Até hoje, o pensamento conservador tenta fazer crer que o poder político e o Estado são instrumentos que servem aos interesses de todos. Sabemos a falsidade destas ideologias.

Na “segunda-feira” seguinte ao “domingo” em que o proletariado tomou revolucionariamente o poder, o conflito militar e político com as antigas classes dominantes continuará a ocorrer. É verdade que em novas condições históricas, com o proletariado tendo destruído o Estado. O conflito, contudo, ainda será entre as antigas classes que perderam o poder estatal e o poder proletário que lutará para se firmar contra a tentativa contrarrevolucionária de recriação do Estado. Este conflito tem uma dimensão política insuperável: será a opressão, inclusive militar, de uma classe por outra. Marx não precisava recorrer ao estratagema das velhas ideologias ou dos grandes pensadores do passado para justificar o novo poder proletário. Era preciso que o denominasse pela sua essência -- porque este novo poder político também será superado pela sociedade comunista. Este poder é uma ditadura porque é a opressão política de uma classe; é uma ditadura do proletariado porque é a destruição da burguesia pelo proletariado.

A Ditadura do Proletariado, portanto, será algo radicalmente distinto, ontologicamente diferente, do que tivemos, por exemplo, na Rússia entre os anos de 1918 e 1921 (o período da Guerra Civil e do “comunismo de guerra”). Não terá nada a ver com a criação de Estados em processos de revoluções mais prolongados, como na China e no Vietnã. Nada semelhante ao que assistimos em Cuba, ou na antiga Iugoslávia -- ou na Argélia.

O que será a Ditadura do Proletariado? Após a destruição do Estado pela revolução proletária, será a forma pela qual se organizarão os trabalhadores e proletários para derrotar a contrarrevolução e, simultaneamente, criar uma coordenação da produção e distribuição de bens que transite do princípio “para cada um, segundo o seu trabalho” para o princípio: “De cada

qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades” (Marx), que transite do socialismo ao comunismo. Esta forma superior de sociedade só poderá se concretizar pela generalização em totalidade social do controle dos produtores de seus locais de trabalho e moradia. Portanto, sem um poder externo e que ordene “de cima” a exploração dos trabalhadores, sem um Estado.

A Comuna, por isso, está longe de ser o que, no debate atual, se compreende por Estado proletário ou mesmo por Estado. Nada tem a ver com o que ocorreu na Rússia pós-revolução. A Comuna é o poder político dos trabalhadores que controlam a produção da riqueza e, não, um poder superior e deles distinto. Ela é uma ditadura do proletariado sobre a burguesia que apenas pode existir *se não for uma força acima e distinta dos trabalhadores*. Este é o sentido com que Marx e Engels fizeram a defesa do Estado, o da Ditadura do Proletariado, contra Bakunin. Como vemos, algo absolutamente oposto à ditadura stalinista, ao projeto de um Estado proletário e oposto à tese de que o socialismo requer a estatização dos meios de produção que os reformistas, muitos leninistas e os stalinistas defendem em nossos dias.

Como isso se dará, concretamente? Para sabermos, tal qual Marx teve de aguardar a Comuna de 1871, devemos aguardar que uma próxima onda revolucionária abra a transição ao comunismo.

O que fazer até lá? Organizar a defesa teórica e a propaganda da Revolução Proletária! Esta a tarefa mais urgente.